

LILIANE HONORATO GONÇALVES

**O SISTEMA DE SAÚDE NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFV: A
PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO BENEFICIADOS PELO
PNAES**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2019

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca da Universidade Federal
de Viçosa - Câmpus Rio Paranaíba**

T

G635
2019

Gonçalves, Liliane Honorato, 1979-
O sistema de saúde na assistência estudantil da UFV : a
percepção dos estudantes de graduação beneficiados pelo
PNAES / Liliane Honorato Gonçalves. – Viçosa, MG, 2019.
ix, 72 f. : il. ; 29 cm.

Inclui apêndice.

Orientador: Débora Carneiro Zuin.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.61-67.

1. Assistência Estudantil. 2. Pnaes. 3. Saúde Universitária.
I. Universidade Federal de Viçosa. Instituto de Ciências
Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em
Administração Pública em Rede Nacional-PROFIAP/UFV.
II. Título.

LILIANE HONORATO GONÇALVES

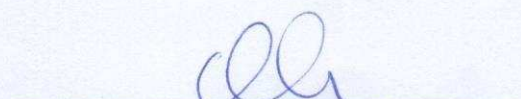
**O SISTEMA DE SAÚDE NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFV: A
PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO BENEFICIADOS PELO
PNAES.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

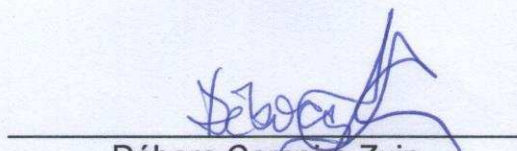
APROVADA: 26 de Fevereiro de 2019.



Affonso Henrique Lima Zuin



Odemir Vieira Baeta
(Coorientador)



Débora Carneiro Zuin
(Orientadora)

*“É graça divina começar bem.
Graça maior persistir na caminhada certa.
Mas graças das graças é não desistir nunca.”*
Dom Helder Câmara

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por estar sempre guiando meus passos.

À minha família, Paulo, Alice e Fernanda pelo apoio sempre presente e pela compreensão nos momentos de minha ausência devido à dedicação ao curso.

À minha orientadora e aos coorientadores, pelo incentivo e dedicação.

Aos colegas, pelo companheirismo.

À Coordenação e aos mestres do Profiap, pelo aprendizado.

À Universidade Federal de Viçosa pela oportunidade.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ASBEN - Associação Beneficente de Auxílio a Estudantes e Servidores da UFV

CAGED - Cadastro Geral de Emprego e Desemprego

CAV - Campus Viçosa

CGU - Controladoria Geral da União

CME - Comissão das Moradias Estudantil

COLUNI - Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa

DAE - Divisão de Assistência Estudantil

DAL - Divisão de Alimentação

DSA - Divisão de Saúde

DLZ - Divisão de Esporte e lazer

DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis

DVP - Divisão Psicossocial

ESAV - Escola Superior de Agricultura e Veterinária

ESF - Estratégia de Saúde da Família

FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFES - Instituição Federal de Ensino Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LUVE - Liga Universitária Viçosense de Esportes

MEC - Ministério da Educação

MS - Ministério da Saúde

OCC - Orçamento de custeio e capital

OMS - Organização Mundial de Saúde

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PCD - Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

PISME - Programa Integral da Saúde da Moradia Estudantil

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE - Plano Nacional de educação

PPO - Pró-Reitoria de Orçamento

PROUNI - Programa Universidade Para Todos

PSF - Programa de Saúde da Família

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RU - Restaurante Universitário

SISU - Sistema de Seleção Unificada

SOB - Serviço de Bolsa

SUS - Sistema Único de Saúde

UFV - Universidade Federal de Viçosa

UME - Unidade de Moradia Estudantil

UNESP - Universidade de São Paulo

UNICAMP - Universidade de Campinas

UREMG - Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Gráfico - Valor investido no Pnaes/ano	18
--	----

RESUMO

GONÇALVES, Liliâne Honorato, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2019. **O Sistema de Saúde na Assistência Estudantil da UFV: A Percepção dos Estudantes de Graduação Beneficiados pelo PNAES.** Orientadora: Débora Carneiro Zuin. Coorientadores: Odemir Vieira Baeta e Marilene de Souza Campos.

Grande mudança foi observada no cenário educacional brasileiro após a expansão do Ensino Superior devido à instauração do sistema de cotas e de programas do governo tais como Reuni e Prouni. Dessa maneira houve mudança no perfil dos universitários brasileiros, aumentando muito o número daqueles que apresentam maior vulnerabilidade econômica e social. Assim, a Assistência Estudantil torna-se essencial para manutenção destes estudantes no Ensino Superior e para servir de suporte para que estes consigam concluir os seus estudos. Nessa pesquisa, buscou-se conhecer a percepção dos estudantes com este perfil em relação à assistência à saúde recebida em uma instituição federal de ensino (Universidade Federal de Viçosa). Esse objetivo foi alcançado e pode-se concluir que apesar de possuir uma abrangente Assistência Estudantil, a UFV não consegue atender todas as demandas existentes e que necessita de maior envolvimento com os estudantes para que ocorra maior participação destes tanto nas decisões de ações quanto no planejamento da utilização de recursos.

ABSTRACT

GONÇALVES, Liliane Honorato, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2019. **The Health System in the Student Assistance of the UFV: The Perception of Undergraduate Students Benefited by the PNAES.** Adviser: Débora Carneiro Zuin. Co-advisers: Odemir Vieira Baeta and Marilene de Souza Campos.

A great change was observed in the Brazilian educational scenario after the expansion of higher education due to the introduction of the quota system and government programs such as Reuni and Prouni. In this way there was a change in the profile of Brazilian university students, greatly increasing the number of those with greater economic and social vulnerability. Thus, the Student Assistance becomes essential for the maintenance of these students in higher education and to support them so that they can complete their studies. In this research, we sought to know the perception of students with this profile in relation to health care received at a federal teaching institution (Federal University of Viçosa). This objective was reached and it can be concluded that despite having a comprehensive Student Assistance, the UFV can not meet all the existing demands and that it needs to be more involved with the students in order to increase their participation in both the decisions of actions and in the planning of resource use.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2. O PROBLEMA: DELIMITAÇÃO, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	4
2.1 Justificativa	4
2.2 Estrutura do Trabalho	5
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
3.1 O Ensino Superior, seus reflexos na sociedade e sua evolução no Brasil	6
3.2 Políticas de afirmação do Ensino Superior brasileiro.....	8
3.3 A assistência estudantil enquanto direito.....	13
3.4 Assistência estudantil voltada à saúde	20
3.5 A assistência estudantil na UFV – Caracterização da instituição	26
4. METODOLOGIA	34
4.1 Tipo de pesquisa	34
4.2 Objeto de estudo e amostragem.....	34
4.3 Procedimentos e técnicas de coleta de dados.....	36
4.4 Técnica de análise e interpretação dos dados.....	37
5. DISCUSSÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	39
5.1 A influência da assistência estudantil na permanência do aluno na Universidade.....	39
5.2 A autonomia das universidades para administrar os recursos destinados ao PNAES	42
5.3 Influência da saúde no desenvolvimento acadêmico.....	47
5.4 Assistência em saúde.....	51
5.5 Prevenção x Tratamento em saúde	53
5.6 Percepção sobre a integração entre a rede pública de saúde (hospital, postos de saúde) e a assistência à saúde da UFV	56
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61
APÊNDICE.....	68
A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	68
B - Dados Demográficos.....	71
C - Roteiro de discussão para o grupo focal.....	72

1 INTRODUÇÃO

A Universidade é um local de transformação da realidade de uma sociedade e possui papel estratégico para o desenvolvimento econômico e social do país. Para tanto, faz-se necessário o acesso da população ao Ensino Superior e esforço para evitar sua evasão. Além disso, devem ser oferecidas condições adequadas aos estudantes, tanto para que esses possam aproveitar e absorver os conhecimentos adquiridos, quanto para desenvolver suas capacidades intelectuais.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 traz um capítulo específico, que trata da Educação da Cultura e do Desporto, e seu artigo 205, diz que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Portanto, a educação deveria ser tratada como uma prioridade tanto pela sociedade quanto pelos governantes. Entretanto, a realidade nos mostra que isso ainda é um sonho distante, principalmente para os setores mais vulneráveis da sociedade (DUARTE, 2007).

Com relação ao Ensino Superior brasileiro, houve empenho dos últimos governos no sentido de aumentar tanto a oferta de vagas quanto o acesso à estas de diferentes formas através de políticas afirmativas de expansão, inclusão e mobilidade. A ampliação do acesso ao Ensino Superior pretende proporcionar diminuição das desigualdades sociais e regionais, desenvolvimento científico e tecnológico e inclusão social, geração de trabalho e renda (BRASIL, 2015). Houve um importante avanço nesse sentido devido a programas recentes do governo federal, como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), além do Sistema de Seleção Unificada para o ingresso ao Ensino Superior (SISU) e programas de cotas. Com o maior acesso de jovens ao Ensino Superior, o que pode ser verificado pelo aumento significativo no número de matrículas – visto que entre 2003 e 2013 o crescimento foi de 76,4%, segundo informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2014) –, mais demandas também chegam à Universidade, tanto no sentido da permanência como da conclusão

do curso com qualidade.

Desse modo, estudantes que apresentam maior vulnerabilidade social e econômica têm conseguido conquistar vaga na universidade. Porém, para a real democratização da educação superior, deve-se possibilitar a permanência dos que nela ingressam com igualdade de oportunidades para os estudantes. Assim, foi criada a necessidade de um programa de suporte e apoio a estes com finalidade de ampliar as condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal (MATOS, 2015).

Com o objetivo de que os acadêmicos concluam a graduação com bom desempenho curricular e de diminuir o percentual de abandono, trancamento de matrículas e evasão, foi então criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). O Estado oferece assistência estudantil em algumas áreas indispensáveis para a manutenção destes na universidade tais como: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010)

Considerando que a Constituição Brasileira garante também que a saúde é direito de todos e é dever do Estado prover a mesma, torna-se imprescindível a efetivação dessa política no meio universitário, pois, as universidades podem constituir-se em importantes espaços de promoção da saúde e devem estar articuladas e integradas com a rede municipal onde encontra-se inserida a fim de garantir aos estudantes universitários, como cidadãos, o direito ao atendimento integral à saúde.

O objetivo desse estudo foi aprofundar sobre a assistência à saúde estudantil de alunos com maior vulnerabilidade socioeconômica de uma Instituição Federal de ensino, a Universidade Federal de Viçosa (UFV), a fim de verificar a percepção destes sobre a assistência recebida.

Este trabalho está organizado de maneira a introduzir primeiramente a importância do Ensino Superior e seus reflexos na sociedade, além de refletir sobre a prática deste no Brasil. Descrever o surgimento, propósitos e alcance dos programas federais: Prouni e Reuni, entre outros que visam aumentar o acesso ao Ensino Superior. Posteriormente, a assistência estudantil, enquanto direito, será relatada com aprofundamento no Pnaes. A saúde é então conceituada como bem essencial e sua importância na vida universitária,

discutida. Em seguida, uma revisão sobre a assistência estudantil voltada à saúde é apresentada. Logo após, a Assistência Estudantil geral existente na UFV é caracterizada. Então, é descrita a metodologia desenvolvida e aplicada, discussão, resultados, considerações finais e referências utilizadas.

2. O PROBLEMA: DELIMITAÇÃO, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

O presente trabalho tem base na investigação das seguintes questões-problema:

- A) Qual a percepção dos estudantes da UFV que apresentam vulnerabilidade social e econômica em relação à assistência estudantil prestada por esta instituição? Qual a percepção destes em relação à saúde e assistência estudantil à saúde?

Com o propósito de responder ao problema em questão, o objetivo geral desta pesquisa foi investigar e analisar a percepção dos estudantes sobre a assistência estudantil oferecida na UFV com foco na saúde.

Foram também propostos os seguintes objetivos de forma específica:

- B) Caracterizar a política de assistência estudantil na UFV.
- C) Identificar pelo olhar dos beneficiários como eles percebem a influência da Assistência Estudantil na sua permanência na Universidade.

2.1 Justificativa

Essa pesquisa é justificada pelo fato de a saúde estar diretamente relacionada ao desempenho acadêmico na sua amplitude sendo, então, essencial nesse sentido. Tendo a saúde envolvimento tanto físico quanto mental, sua falta ou prejuízo impossibilita, ou ao menos prejudica, qualquer atividade de produção pelo indivíduo de forma satisfatória e proveitosa sendo necessário que os estudantes tenham esse tipo de assistência de forma acessível e eficiente. A Constituição Brasileira dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado prover a mesma (BRASIL, 1988). Assim, as universidades podem constituir-se em importantes espaços de promoção da saúde.

O tema em questão foi escolhido com o propósito de contribuir para a revisão e remodelação do planejamento de ações destinadas a promover a saúde dos discentes, pois, a partir da percepção dos próprios beneficiários, é

possível analisar como a assistência tem sido ofertada aos estudantes e permite melhor eficiência ao planejar ações.

2.2 Estrutura do Trabalho

O presente trabalho foi dividido em seis capítulos, sendo o primeiro a Introdução ao tema abordado, contendo a contextualização. O capítulo dois contém a delimitação do problema, os objetivos propostos, a justificativa da pesquisa e a estrutura do trabalho. O capítulo três contém o referencial teórico sobre o qual a pesquisa se apoia, detalhando o Ensino Superior no Brasil, seus reflexos na sociedade e sua evolução; as políticas de afirmação do Ensino Superior brasileiro; a assistência estudantil enquanto direito; a assistência estudantil voltada à saúde e sua caracterização na UFV.

O capítulo quatro detalha a metodologia, incluindo dados como: o local onde a pesquisa foi desenvolvida, o objeto de estudo e a amostragem, os procedimentos e a técnica de coleta de dados, além da análise e interpretação dos resultados obtidos.

No capítulo cinco, foi feita uma discussão a partir do material levantado na pesquisa voltada para as questões-tema que se configuram no foco de investigação deste trabalho.

No capítulo seis, foram elaboradas as considerações finais do trabalho, bem como sugestões para novos estudos.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Para melhor entendimento sobre a assistência estudantil no Brasil, faz-se necessário, primeiramente, realizar uma revisão sobre o surgimento e a evolução do Ensino Superior no nosso país. Posteriormente, será abordada a expansão do Ensino Superior através das políticas de afirmação, que levaram à mudança do perfil dos estudantes de universidades públicas brasileiras, criando a necessidade de estratégias para minimizar os efeitos da desigualdade social. A evolução da assistência estudantil brasileira é então relatada, assim como as especificidades sobre a assistência à saúde. Por fim, a assistência estudantil na UFV é caracterizada a fim de se informar sobre a realidade da nossa instituição.

3.1 O Ensino Superior, seus reflexos na sociedade e sua evolução no Brasil

As universidades são instituições seculares e locais onde os acadêmicos emancipam-se com a sabedoria e a experiência dos docentes (SILVA *et al.*, 2012). Um Ensino Superior de qualidade deve ir além de apenas ensinar o conhecimento existente, pois dessa maneira não há evolução. O Ensino Superior diferenciado tem o poder e o dever despertar as potencialidades dos indivíduos a desenvolver mentes criativas, capazes de resolver os problemas do futuro das sociedades e da humanidade. Ele deve ser capaz de causar capacidades superiores de pensamento, criação e ação para que se alcance uma sociedade cada vez mais avançada, que possa evoluir de forma constante melhorando a vida de forma coletiva. A mentalidade crítica e criativa irá contribuir para a evolução da humanidade como um todo (SEFIDVASH, 1994).

Em países das Américas espanholas e inglesas, o acesso ao Ensino Superior se deu no período colonial. Já no Brasil, o surgimento da Educação Superior ocorreu tardiamente. Somente em 1808, com a vinda da família real, é que surgiu o primeiro interesse de se criar escolas médicas na Bahia e no Rio de Janeiro. Devido a esse passado, o Ensino Superior se firmou com um modelo de institutos isolados e de natureza profissionalizante. Tinha características elitistas, como só atendia aos filhos da aristocracia colonial, que

não podiam mais estudar na Europa, devido ao bloqueio de Napoleão.

Os cursos que surgiram se voltaram ao ensino prático e eram ministrados em faculdades isoladas. Isso marcou o Ensino Superior no Brasil e explica muitas distorções presentes atualmente em nosso sistema. Durante a década de 30 do século XX, que a Educação passou a ser reconhecida como um direito público e foi regulamentada pelo Estado. Entretanto, nas respectivas Constituições, tais direitos ainda não estavam assegurados integralmente.

As universidades federais foram criadas em todo o Brasil entre as décadas de 50 e 70, ao menos uma em cada estado, além das universidades estaduais, municipais e particulares. A descentralização do Ensino Superior foi a vertente seguida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em vigor a partir de 1961 (Lei nº. 4024). A partir da década de 70, a concentração urbana e a exigência de melhor formação para a mão-de-obra industrial e de serviços forçaram o aumento do número de vagas aumentando o número de matrículas de 300.000 (1970) para um milhão e meio (1980). Durante o período da ditadura militar os recursos públicos passaram a ser cada vez mais escassos e a expansão do Ensino Superior foi contida.

A Carta Constitucional Brasileira, de 1988 tornou a educação um direito público sendo que este direito atingir todas as classes sociais, todos os níveis de idade, não havendo nenhum tipo de discriminação, e o Estado deve proporcionar condições para que todos tenham acesso de modo igualitário a esse direito. Então, a Constituição passa a garantir a educação em amplos aspectos: como Direito Social, o Art. 7º em seu inciso IV, traz a Educação como um direito a ser atribuído a todos os trabalhadores, visando à melhoria de sua condição social. O Art. 205 também aborda a Educação e a considera como um direito de todos, atribuindo ao Estado e à família o dever de promovê-la, em colaboração com a sociedade; já o Art. 206, em seu inciso I, “garante a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988).

A década de 90 foi marcada de forma nociva pois houve defasagem salarial, falta de verbas para manutenção e para o desenvolvimento de pesquisa, ocorrendo o êxodo dos professores das universidades públicas para as privadas, o que prejudicou muito as instituições de Ensino Superior e a sociedade. Também cabe destacar que houve a aposentadoria em massa dos docentes e técnico-administrativos e a não reposição de recursos humanos

para ocupar as vagas que ficaram ociosas, sendo utilizado no caso dos docentes, a contratação de professores substitutos, com salários inferiores (VASCONCELOS, 2010).

Já no segmento particular, observou-se um incremento de 62% para 70% no Brasil. Ritmo intenso de crescimento, tanto em termos absolutos como relativos. O setor público, por sua vez, instituições federais e estaduais – responsáveis pela oferta do ensino gratuito apresentou queda proporcional em relação ao crescimento do setor privado de 32% para 27% das matrículas (FAPESP, 2004).

3.2 Políticas de afirmação do Ensino Superior brasileiro

O governo Lula teve como ponto de partida a identificação, por meio de diagnóstico de que a taxa de escolaridade líquida da educação superior brasileira era muito baixa e distante da meta de 30% proposta pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010) o que levou à uma política pública direcionada à expansão da educação superior. O Governo Federal decidiu por tentar solucionar o problema através de duas iniciativas: a primeira com o objetivo de ampliar a oferta de vagas para alunos de baixa renda na rede pública – via Reuni e Cotas nas Instituições Federais de Ensino – e outra que visava o financiamento de vagas públicas a alunos de baixa renda no setor privado – via Prouni (CARVALHO, 2014).

Em 2007, já no segundo mandato de governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Decreto Federal n.6.096 instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), com a finalidade de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades (BRASIL, 2007). O Reuni foi criado para ser um instrumento de expansão e defesa das universidades públicas procurando atenuar as fronteiras das áreas de conhecimento, e ampliar os caminhos de formação. A preocupação do governo era em aumentar o contingente de estudantes de grupos sociais de menor renda nas universidades públicas, prevendo a assistência e a mobilidade estudantil, a expansão de cursos noturnos e a diversificação das modalidades de graduação. O Reuni tinha como diretrizes:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007).

Com o Reuni, o Governo Federal adotou medidas políticas a fim de retomar a qualidade do Ensino Superior público, criando um programa multidimensional e, ao mesmo tempo, acadêmico, político e estratégico (BRASIL, 2009). Os efeitos da iniciativa podem ser percebidos pelos expressivos números da expansão, iniciada em 2008 e que foram previstos para concluir-se em 2012, e pela oportunidade que representava para a reestruturação acadêmica com inovação que significou, em curto prazo, um avanço na educação superior pública do país.

Já as soluções do governo federal para a promoção da acessibilidade financeira se deu através do Fundo de Financiamento ao Estudante (FIES) e do Programa Universidade para Todos (Prouni). O primeiro ganhou novo fôlego após reestruturação completa em 2010, e o segundo, criado em 2004 (Lei, nº 10.891) tornou-se um dos programas de maior sucesso do Ministério da Educação (MEC) pela concessão de bolsas de estudo integrais ou parciais em instituições privadas. Ambos são destinados a alunos inseridos em família de baixa renda e concedem bolsa e financiamento, respectivamente, para o custeio do valor do curso em instituições privadas de educação superior. Apenas em 2014, o Prouni ultrapassou a marca de 300 mil bolsas, alcançando o mais alto número anual de bolsas concedidas desde sua criação em 2005. O FIES também cresceu em número de financiamentos contratados, que alcançaram, em 2014, mais de 660 mil estudantes. Essas medidas representam um salto histórico em direção à superação da baixa taxa de jovens que alcançam os níveis mais altos de educação no país.

A partir daí, o acesso à educação superior na faixa etária de 18 a 24

anos mais que dobrou no período 2000-2010 (IPEA, 2014). Mesmo assim, o percentual de acesso dos jovens ainda é muito restrito quando comparado com o de outros países mais desenvolvidos, abrangendo 19% na mesma faixa etária de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2009). Nos Estados Unidos e na Coréia do Sul, em 1997, esse percentual já atingia 45% e 69% dos jovens de 18 a 21 anos respectivamente (ANDRADE, 2012).

No último trimestre de 2015, a economia brasileira foi marcada pela queda de todos os indicadores de sua atividade, em ritmo mais acelerado do que o registrado anteriormente nos três primeiros trimestres do mesmo ano. Foram observados desequilíbrios significativos nas contas públicas e no orçamento familiar que, depois de anos de contínuo incentivo à expansão do endividamento, foi submetida a pesado ajuste. Também o mercado de trabalho acabou sendo afetado pelo quadro de desaquecimento econômico, com o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) registrando, de janeiro a outubro de 2015, a perda de quase 1,4 milhão de postos de trabalho. A taxa de desocupação atingiu 7,9%, com 3,2 pontos percentuais a mais em relação ao mesmo mês de 2014. O desemprego medido pela PNAD alcançou 8,9%, com alta de 2,1 pontos percentuais na mesma comparação (IPEA, 2016).

Diante dessa crise, o impacto também teve reflexos na educação. Em decorrência da crise, o Ministério da Educação e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram as áreas mais afetadas pelo corte de R\$ 21,2 bilhões, em março de 2016, e perdeu R\$ 4,27 bilhões. Em 2014, foram 2 milhões de novas matrículas na Educação Superior e 2015 apresentou uma redução de 12% em relação ao ano anterior, ou seja, 284 mil estudantes a menos no Ensino Superior em função da redução dos números de vagas concedidas através do FIES. Em janeiro de 2016, foram disponibilizadas 9,5 mil bolsas a menos em relação ao ano anterior, com acirramento da disputa que atingiu 15,3 candidatos por vaga na edição do primeiro semestre de 2016, número superior ao registrado em 2015, quando a procura foi de 13,8 candidatos. As sinopses estatísticas dos Censos da Educação Superior (BRASIL, 2016), de 2011 a 2014, apesar da alta procura, o número de trancamentos no período cresceu cerca de 60% em relação ao ano anterior (ROSSI, 2014).

Sabemos que, mesmo com os esforços de melhoria dos governos mais

recentes, o nosso país enfrenta um secular e vergonhoso quadro de desigualdade social e econômica que precisa ser modificado sem que haja prejuízo democrático para a sociedade. A educação e particularmente as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) possuem o papel transformador na realidade social dos sujeitos (RAASCH, 2012). Pois é através da educação que torna-se possível a mobilidade e a mudança social através de uma posição profissional qualificada (MAURÍCIO, 2015). A democratização do acesso se mostra então essencial a fim de que se possa mudar essa realidade.

Historicamente, sabe-se das dificuldades que determinados grupos étnicos enfrentam em ingressar e permanecer na educação superior, onde são largamente subrepresentados. Políticas públicas específicas devem ser desenvolvidas para contemplar esses grupos. Essas podem se materializar na forma de auxílio financeiro, quando se tratam de dificuldades materiais, ou de um tratamento especial, com a conferência de bônus, vantagens ou cotas que diminuam as diferenças entre os componentes desses grupos e os demais estudantes – a promoção da chamada igualdade material. Nesse sentido, a Lei de Cotas para o Ensino Superior (Lei nº 12.711/12) consiste em marco legal que cristaliza e uniformiza iniciativas individualmente desenvolvidas por muitas universidades federais na última década. Trata-se de norma que define, desde 2012, a obrigatoriedade da reserva da metade das vagas oferecidas por essas instituições aos estudantes oriundos de Ensino Médio em escolas públicas, aos que têm suas famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, grupos historicamente subrepresentados na educação superior (SESU, 2014; MACEDO, 2014).

Machado e Magaldi (2016) realizaram um estudo sobre a necessidade da política de cotas, sendo esta, segundo as autoras, uma política afirmativa de caráter compensatório, alternativa à desigualdade de oportunidades vivida, posto que visa dar uma chance maior para estudantes negros e pobres de acesso às universidades públicas brasileiras. As autoras concluem que como a educação pública básica de qualidade ainda não é uma realidade, o sistema de cotas é uma possibilidade de garantir a equidade com a inclusão daqueles alunos oriundos de escolas públicas, que chegaram até o fim do Ensino Médio e que desejam cursar o Ensino Superior. As autoras discutem pontos polêmicos das cotas: desempenho de cotistas e cotas raciais. Apresentam dados de pesquisas que comprovam que o rendimento entre alunos

universitários cotistas e não-cotistas não apresenta diferenças significativas, sendo que, em alguns casos, os cotistas, inclusive, mostram-se mais determinados a cumprirem as atividades acadêmicas, o que é visto como um fator favorável ao seu desempenho, podendo levar a um rendimento maior. Argumentam também que de acordo com pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), dentre os 10% mais pobres da população, 73,2% são negros, o que permite uma noção de que a política de cotas não é apenas racial, mas socioeconômica e, ainda assim, atinge a população negra. Tal correlação entre a pobreza e a população negra no país destaca que o sistema de cotas tem o caráter racial contemplado, mesmo que não seja em sua totalidade.

Presencia-se o incremento de mecanismos que propõem a democratização do acesso ao Ensino Superior público, como o ingresso através do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e a aprovação da política de Ações Afirmativas para ingresso nas IFES. Porém, segundo Alves (2002) somente a democratização do acesso não é suficiente, pois torna-se essencial a criação de mecanismos que garantam a permanência dos que ingressam no Ensino Superior público com o objetivo de reduzir os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais de grande vulnerabilidade social e econômica que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso. Machado e Magaldi (2016) ainda reforçam que o sistema de cotas gerou uma alteração no público discente das instituições de Ensino Superior no Brasil, desencadeando, assim, um processo de criação de novas políticas e sistemas de gestão para que todos os alunos que hoje frequentam as universidades possam angariar os conhecimentos e a experiência necessários para alterarem a realidade brasileira.

Neste contexto, fica claro que não basta inserir os indivíduos no referido sistema. Surge então, outro desafio que é o de dar condições para que os alunos permaneçam e finalizem o curso escolhido. Além disso, é também fundamental definir e implementar uma política educacional, enquanto direito, que possibilite e fortaleça a universalização do acesso à universidade pública, e que os estudantes tenham uma formação de qualidade. Esta deve possibilitar a eles, de fato, uma qualificação profissional que contribua para a inserção no mercado de trabalho e a melhora nas suas condições materiais de vida;

participar ativa e criticamente do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e cultural do país; colaborar na elaboração e, se possível, implantação de estratégias e políticas que favoreçam a construção de um país mais igualitário, democrático e justo socialmente. Assim, surgem as Políticas de Assistência Estudantil para garantir a permanência do aluno durante o período que estiver na universidade (CHAVES; SILVEIRA, 2018).

3.3 A assistência estudantil enquanto direito

A marcante desproporção vivida no Brasil em relação à socialização das riquezas produzidas leva a uma maior exigência de que as instituições construam mecanismos adequados e políticas públicas que promovam o desenvolvimento humano. Neste contexto, a assistência estudantil se apresenta como uma política pública, um meio pelo qual se tenta garantir a efetivação de direitos sociais já regulamentados na Constituição Federal além de distribuir bens públicos (ALMEIDA; GATTERMANN, 2015).

Os estudantes brasileiros enfrentam carência de educação básica pública de qualidade, que oportunize melhor desempenho nos processos seletivos para ingresso nas universidades públicas. Após ultrapassarem esse obstáculo, encontram ainda dificuldades para se manterem nas universidades no decorrer da graduação, em razão de suas vulnerabilidades socioeconômicas, e assim, necessitando de subsídios do Estado (SILVA *et al.*, 2012).

Boa parte das IFES já tinha, desde os anos 1980, programas de apoio à permanência dos discentes, como as bolsas de trabalho, alimentação e moradia. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) existe desde 1987 com o objetivo de discutir e propor ações concretas de apoio e assistência ao estudante, o que resultou na inclusão da Assistência Estudantil no Plano Nacional de Educação de 2001 com o seguinte texto: “estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico” (BRASIL, 2001). Com a ampliação do número de vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior, houve grande mobilidade dos alunos para ocupar vagas em diferentes estados da federação. Como consequência,

muitas universidades passaram a receber estudantes de diferentes localidades, que necessitam ser inseridos na Política de Assistência Estudantil, uma vez que se encontram distantes de suas famílias, sem moradia ou emprego e demais condições que permitam cursar o Ensino Superior de maneira satisfatória (CAVALCANTI, 2014).

Paiva (2017) considera que a Assistência Estudantil contribui para uma Educação Inclusiva. Além disso, tem o poder de exercer influência na vida dos discentes, mostrando-se importante também para a continuidade dos mesmos nas Instituições de Ensino Federais. A educação deve ser capaz de proporcionar uma formação ampliada, com produção do conhecimento e melhoria do desempenho acadêmico, além auxiliar na melhoria da qualidade de vida dos discentes.

Finatti *et al.* (2007) reforçam que a assistência estudantil tem como finalidade prover os recursos necessários que irão ajudar os alunos a vencer os obstáculos e assim conseguirem superar o que os impedem ao bom desempenho acadêmico. A assistência estudantil transita em todas as áreas dos direitos humanos, envolve ações que proporcionam desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais didáticos pedagógicos necessários à formação de profissionais nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, bem como o provimento dos recursos mínimos a sua sobrevivência, como moradia, alimentação, vestuário, transporte e recursos financeiros. Entretanto, Andrade e Teixeira (2017) realizaram um estudo com o objetivo de relacionar a permanência, o desempenho acadêmico e a percepção de desenvolvimento psicossocial com as áreas do Pnaes e concluíram que os resultados encontrados indicaram correlações baixas ou inexistentes das variáveis alvo utilizadas com as áreas do Pnaes. Segundo os autores, há muitos fatores que influenciam a aprendizagem e o desempenho acadêmico além de aspectos de inteligência e dedicação. Já sobre a evasão, os autores esclarecem que esta parece estar mais relacionada a fatores de ordem pedagógica e psicológica como falta de identificação com o curso, decepção com o mercado de trabalho, com o curso ou com a instituição, dificuldades de conciliar estudo e trabalho, baixo preparo escolar, alta exigência do curso, dificuldades financeiras, falta de didática, baixa qualificação ou engajamento de professores, falta de apoio familiar e dificuldades de relação com pares e professores. Costa (2016), que

realizou um estudo relacionando rendimento acadêmico, assistência estudantil e qualidade de vida, também concluiu que não se pode afirmar que condições para permanência na universidade irão garantir melhor qualidade de vida ou interferir no rendimento dos alunos.

Estudo realizado pelo Fonaprace, no ano de 2004, constatou-se que o perfil socioeconômico da sociedade brasileira estava reproduzido no perfil dos Estudantes das IFES. Esse trabalho, de suma importância, identificou as dificuldades socioeconômicas dos estudantes como uma das causas da evasão e da retenção.

Na pesquisa, questões como moradia, alimentação, saúde e transporte foram identificados como necessidades primordiais pelos próprios alunos para a sua manutenção na universidade. A pesquisa mostrou que 35% dos estudantes se deslocam de seu contexto familiar ao ingressarem na universidade, apresentando, portanto, necessidade de moradia e de apoio efetivo, sendo assim, o “local de moradia” antes do ingresso do estudante na universidade é importante indicador de qualidade das condições de vida. Já sobre a alimentação, o Restaurante Universitário (RU) constitui importante instrumento de satisfação de uma necessidade básica, educativa, de ação social e de convivência universitária para 19% dos estudantes pesquisados. Segundo os estudantes, a pesquisa evidenciou, com isso, a necessidade de se criar, manter e ampliar os programas que garantam o apoio à alimentação dos alunos de baixa renda, principalmente os serviços dos restaurantes universitários, como forma de garantir a permanência do estudante no campus, dando-lhes oportunidade para otimizar seu tempo de vida acadêmica e contribuindo para seu melhor desempenho e formação integral. Concluem, ainda, que dada a sua importância para a vida acadêmica, é fundamental que o RU seja, também, espaço gerador de atividades de ensino, pesquisa e extensão (FONAPRACE, 2004).

A partir de um trabalho conjunto da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), por todas as Instituições Federais de Ensino Superior presentes em todos os Estados e no Distrito Federal, do Fonaprace e principalmente em consequência da pressão do movimento estudantil na luta pelo acesso e permanência nas instituições de Ensino Superior públicas, foi criado o Pnaes (CAVALCANTI, 2014).

Mesmo com a importância e antiguidade do assunto, somente em 2010,

o Governo Federal regulamentou o Pnaes, com o objetivo de auxiliar os acadêmicos a se manterem no decorrer da graduação possuindo também como foco a igualdade social, oportunizando, por exemplo, que estudantes vulneráveis socioeconomicamente tenham as mesmas oportunidades dos que não o são de participarem de eventos científicos. Nas universidades, as Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis são os órgãos responsáveis por executarem o referido programa em nível institucional (SILVA *et al.*, 2012).

Por meio do Decreto nº 7234, em seu corpo, o texto prevê como objetivos das ações de Assistência Estudantil:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III – reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV – contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Buscando amenizar a desigualdade escolar, o Pnaes elenca um conjunto de áreas que deverão nortear as ações de Assistência Estudantil desenvolvidas pelas IFES. Dentre essas áreas, destacam-se:

- I – moradia estudantil;
- II – alimentação;
- III – transporte;
- IV – atenção à saúde;
- V – inclusão digital;
- VI – cultura;
- VII – esporte;
- VIII – creche;
- IX – apoio pedagógico; e
- X – acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Como público prioritário de tais serviços oferecidos pelas IFES, o Pnaes estabelece estudantes oriundos de escolas públicas ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio.

Ressalta-se que em respeito à autonomia universitária, essas ações são oferecidas por cada Instituição de Ensino Superior que refletem, constroem e desenvolvem de acordo com suas prioridades e necessidades. As instituições também têm a competência de fixar requisitos para acesso, acompanhamento e avaliação do Pnaes (art. 5º, incs. I e II), e as despesas estarão subordinadas às dotações orçamentárias existentes (art. 8º).

A autonomia universitária, garantida no decreto do Pnaes, permite organizar e planejar programas sociais de acordo com sua realidade, e voltados ao público-alvo específico, respeitando as peculiaridades locais (SANCHES, 2013). Mas, na revista comemorativa dos 25 anos do Fonaprace, Oliveira e Vargas (2012) defendem participação dos alunos nesta para que, além de público-alvo da assistência estudantil, esses possam contribuir no planejamento, na elaboração dos programas e nas ações por meio de sugestões e da própria organização dos eventos desta natureza, de modo que atuem ativa e conjuntamente com as Pró-Reitorias, tanto na formulação, quanto na execução das ações. Na mesma revista, Nascimento e Arcoverde (2012) também estimulam a participação direta dos estudantes nas deliberações da assistência estudantil; e sobretudo, os estimulam à organização política dos estudantes para as questões que dizem respeito à formulação e avaliação dos programas da assistência.

A Controladoria Geral da União (CGU), elaborou um relatório de consolidação de auditorias realizadas em 58 Universidades Federais sobre o Pnaes, no período entre 2015 e 2016. Houve recomendação por parte da CGU que houvesse incorporação das demandas do corpo discente nas decisões quanto às áreas de emprego dos recursos (CGU, 2016).

De acordo com o Decreto, as instituições também ficam responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do Pnaes, o que é fundamental para a verificação das metas e o cumprimento dos objetivos. Além disso, é através da avaliação que é possível acompanhar o uso correto dos recursos financeiros e humanos, mesmo porque tais recursos são públicos e devem atender ao interesse da população interessada, evitando desvios e mal uso de tais recursos (SANCHES, 2013). Nesse sentido, para melhorar a qualidade do gasto público minimizando desperdícios é importante que a administração pública disponha de um sistema de informações sobre custos, que propicie um melhor controle sobre o uso dos recursos públicos e a qualidade dos serviços prestados. Trata-se da transparência, com a publicação das ações governamentais, que favorece o controle social e viabiliza aos cidadãos participarem da gestão pública, exercendo controle sobre a ação do Estado, intervindo na tomada de decisão, orientando os gestores públicos em medidas que atendam ao interesse público e exigindo prestação de contas da atuação (DE SOUZA MADEIRA *et al.*, 2015).

Gomes e Passos (2018) realizaram um estudo em que avaliaram 35 institutos federais e relataram que o monitoramento e a avaliação está presente em 28 destes. Em 28% deles não há qualquer previsão de como as ações serão acompanhadas e examinadas, sendo que os que preveem, 50% planejam a instituição de uma comissão de avaliação, elaboração de relatórios e Reuniões entre órgãos gestores e entre beneficiários se baseando em indicadores de rendimento acadêmico e permanência de estudantes, nas ações desenvolvidas, volume e utilização de recursos.

Em 2008, um ano após a implementação do Reuni, foram investidos 125,3 milhões de reais na assistência estudantil. Em 2009, o valor passou para 203,8 milhões e, em 2010, estima-se que foram aplicados cerca de 304 milhões. Esse investimento avançou ainda de R\$ 400 milhões em 2011 para R\$ 504 milhões em 2012 (ASSIS, 2013). Em 2013, o investimento foi por volta de R\$ 637 milhões, em 2014, chegou a R\$ 713 milhões e, em 2015, passou de R\$895 milhões (RESENDE *et al.*, 2016). Em 2016, ficou na casa de 1 bilhão de reais (RECKTENVALD *et al.*, 2018).

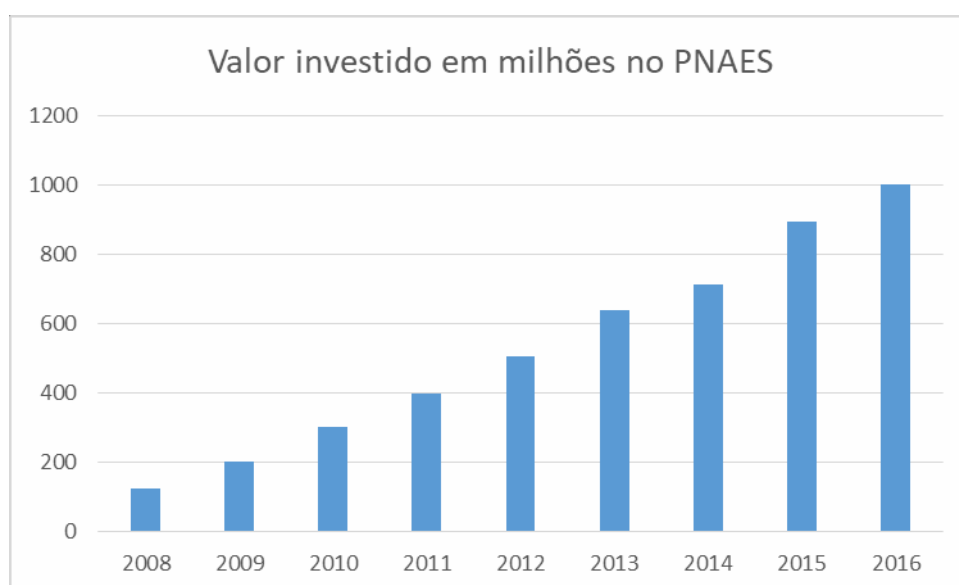


Figura 1 - Gráfico - Valor investido no Pnaes/ano

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com dados acima.

Esses recursos, apesar de crescentes, podem ainda não representar um montante suficiente para atender com qualidade a todos os discentes que necessitam de serviços de Assistência Estudantil, especialmente ao se considerar que, até 2010, não havia nem mesmo obrigação de previsão orçamentária própria para essa área (CISLAGHI; SILVA, 2012). Esses valores

foram disponibilizados e distribuídos entre as IFES do Brasil e cada um, à sua maneira, destinou os recursos à assistência estudantil. Paixão *et al.* (2016) também reforçam que os recursos destinados aos Pnaes, embora historicamente crescentes, ainda são insuficientes para o atendimento de toda a demanda, implicando em evasão. Del Giúdice *et al.* (2014) concordam que as universidades públicas ainda encontram sérias restrições, principalmente orçamentárias, para fazer cumprir seu papel socializador e ainda acrescentam que os programas oferecidos são, em geral, insuficientes, restritos à oferta de alimentação subsidiada e há poucas vagas em moradias estudantis em vista de uma demanda sempre crescente.

Silva e Costa (2018) realizaram uma análise dos microdados da IV Pesquisa de Nacional de Perfil dos Graduandos das IFES e do Censo da Educação Superior, mediados pelo *software* SPSS e concluíram que – muito embora traga efeitos positivos na medida em que geram maior vínculo, menor reprovação, menor trancamento e maior conclusão – a cobertura do programa de proteção social a estudantes vulneráveis está longe de alcançar a demanda existente.

De acordo com Dutra e Santos (2017), o principal desafio da política de assistência estudantil na atualidade é a ampliação dos recursos orçamentários. Segundo as autoras, o campo da Educação já vinha sofrendo com o contingenciamento de recursos no segundo mandato da Presidente Dilma, e encontra-se fortemente ameaçado diante do governo do Presidente Temer. Apesar da forte oposição de setores da sociedade, tais como das Universidades públicas e de instituições de pesquisa nacionais, a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que limita os gastos sociais por 20 anos, produzirá cortes orçamentários ainda maiores na educação, ciência e tecnologia. Neste sentido, enquanto as instituições de ensino apontavam por mais recursos para atender as necessidades e diversas demandas da assistência estudantil, o governo impõe um freio nos gastos públicos.

Segundo Bleicher e Oliveira (2016), com relação à falta de financiamento suficiente para atender à demanda das instituições, o Fonaprace faz recomendações no sentido de minimizar essas dificuldades, centrando as soluções nos gestores das instituições e não no fortalecimento da política em nível nacional. Já Paixão *et al.* (2016) relatam que o Fonaprace luta pela

institucionalização e ampliação das políticas de assistência estudantil, tais como: transformação do Decreto nº 7.234/2010 (Pnaes) em política de estado, ou seja, em lei federal, para produzir a estabilidade institucional necessária. Exigindo também o incremento regular dos recursos financeiros e das equipes de servidores na proporção do perfil das IFES.

Dentre as diversas áreas definidas pelo decreto, a saúde está relacionada com a qualidade de vida acadêmica devido ao seu caráter essencial. Uma revisão sobre a assistência estudantil à saúde será descrita a seguir.

3.4 Assistência estudantil voltada à saúde

A saúde é de grande relevância pois está diretamente relacionada à vida e ao bem estar. A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”. A saúde física remete à sustentação corporal e a mental a termos forças suficientes para enfrentar os obstáculos. A saúde social está relacionada às relações sociais do indivíduo com a sua família, no trabalho, na comunidade e no meio em que vive, mantendo boas relações humanas, sendo livre e feliz, consciente de suas responsabilidades, sentir a vida e vencê-la com satisfação (SÁ JÚNIOR, 2004).

Em qualquer tipo de atividade, a saúde é fundamental para que o ser humano consiga viver com plenitude, exercendo suas funções de forma produtiva e eficiente. No meio universitário, pesquisas comportamentais revelam que existem cada vez mais comportamentos considerados de risco entre os estudantes universitários devido a modificações quanto aos padrões alimentares, prática de atividade física, consumo de álcool e cigarros, somadas às situações próprias da adolescência, como intensas alterações biológicas, instabilidade psicossocial e falta de comportamento preventivo, o que torna os universitários um grupo vulnerável a riscos significativos com relação à sua saúde. Assim sendo, na passagem dos estudantes pela universidade é importante que estes recebam orientações e suporte para promover uma vida produtiva, motivada, saudável para que alcancem desempenho máximo durante essa fase crucial de seu desenvolvimento intelectual.

O objetivo deve ser o de promover a saúde e a qualidade de vida do

aluno. O estilo de vida do aluno pode potencializar seu desenvolvimento acadêmico e social e efetivamente contribuir para a permanência produtiva do mesmo na universidade e a conclusão do curso em tempo regulamentar. No ambiente acadêmico, devem ser priorizadas atividades preventivas em relação à saúde física, mental, programas de prevenção ao uso de drogas lícitas/ilícitas, lazer, atividades culturais e esportivas, prevenção e promoção de saúde e também assistência primária à saúde médica, odontológica, psicológica e nutricional (JOIA, 2010).

Siqueira *et al.* (2017) realizaram um estudo para caracterizar o perfil sociodemográfico e clínico de estudantes acolhidos em um serviço de saúde na Universidade Federal de São Paulo e concluíram que a maior parte das queixas eram psicossociais. Esses autores também afirmam que a universidade é um ambiente muito favorável para a efetivação de políticas promotoras de saúde. Uma vez que os indivíduos estão em uma fase de transição para a vida adulta, a adoção de hábitos saudáveis irá repercutir positivamente durante toda a fase de seu desenvolvimento humano. A universidade é um ambiente que agrega tanto aprendizagem quanto o desenvolvimento, e este consegue influenciar a qualidade de vida de seus membros. Sendo assim, iniciativas promotoras de saúde no contexto universitário podem contribuir na capacitação dos indivíduos para torná-los autônomos em cuidar da própria saúde, oferecendo também ferramentas para o exercício da cidadania e o incentivo da participação social na formulação e manutenção das ações promotoras de saúde. Para isso, são necessárias ações sob a ótica da promoção da saúde que possibilitem uma reflexão sobre a forma de viver e conviver da comunidade acadêmica, vislumbrando um ambiente saudável.

Bleicher e Oliveira (2016) relataram que é escassa a produção científica relevante sobre a assistência estudantil voltada à saúde do estudante universitário, fato que persiste nos dias atuais, o que reforça a necessidade de mais estudos nessa área a fim de se conhecer melhor a realidade destes sujeitos, de modo a subsidiar o planejamento de ações e estratégias preventivas e ou interceptativas objetivando sempre a motivação para a adoção de hábitos e de um estilo de vida saudável entre universitários.

No Brasil, os princípios do Sistema único de Saúde (SUS) passaram a ser um eixo de orientação para as práticas assistenciais, contemplando o

acesso universal e igualitário, a regionalização, a hierarquização e a descentralização dos serviços de saúde, o atendimento na perspectiva da integralidade com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e a participação popular (BRASIL, 1988). A atenção primária em saúde é prioridade no SUS e é a que está relacionada a um conjunto de diagnósticos e procedimentos básicos de promoção do estado de saúde de uma dada população, evitando, assim, o agravamento de doenças e a necessidade de internação hospitalar que exige maior aporte de recursos (OLIVEIRA *et al.*, 2010). A criação, em 1994, do Programa de Saúde da Família (PSF), depois denominado de Estratégia Saúde da Família (ESF) pelo Ministério da Saúde, contribuiu para a ampliação do acesso e da descentralização das ações de saúde. Sua criação foi uma estratégia com objetivo de reorientação dos modelos de atenção vigentes no Brasil, centrados nas ações médico-curativas, excessivamente especializado, de alto custo e baixa resolutividade, com ênfase no cuidado fragmentado e no ambiente hospitalar e, portanto, não estruturado e não centrado no cidadão (FERTONANI *et al.*, 2015).

Em 2011, o Fonaprace realizou um levantamento a pedido da Andifes com o objetivo de mapear a vida social, econômica e cultural dos estudantes de graduação presencial das Universidades Federais brasileiras. No que diz respeito à saúde, observou-se que o estudante utiliza largamente a rede pública de saúde (41,7%) com ampla maioria dos estudantes das classes C, D e E, e que a utilização dos serviços públicos de saúde vem aumentando continuamente ao mesmo tempo em que diminui a utilização de convênios, o que demonstra um aumento na demanda. Esse número aumentou para 51,73% na pesquisa realizada em 2014 (FONAPRACE, 2016). Esses estudantes são público-alvo das ações do Pnaes, o que reforça como a saúde é matéria contundente para a execução das ações do programa e a importância de se fugir do modelo assistencialista restrito a repasses financeiros e priorizar ações de prevenção e promoção em saúde (BLEICHER; OLIVEIRA, 2016).

O relatório identifica alguns temas que merecem especial atenção no que diz respeito à saúde do estudante: Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, necessidade de intervenções em saúde mental, dependência química e programas de prevenção em saúde oral (FONAPRACE, 2011).

Com relação às doenças sexualmente transmissíveis (DST), as autoras Bleicher e Oliveira, (2016) relatam não haver pesquisas que respaldem a necessidade específica de atuação de prevenção às DST neste público.

A mais atual pesquisa de perfil discente realizada pelo Fonaprace foi divulgada em 2016, com dados sobre o ano de 2014. Em relação aos serviços de saúde, segundo esta pesquisa, 60% dos alunos declarou que nunca procuram ou somente o fazem em casos de extrema necessidade, sendo que mulheres procuram mais do que os homens e estratos com renda inferior procuram menos. Trata-se de um público que, em pelo menos 30% de seu conjunto, fez ou faz uso de medicação psiquiátrica, apresentando dificuldades emocionais para desempenhar suas atividades acadêmicas (80%), sendo que quase 60% sofrem de ansiedade, quase 20% de tristeza persistente, 10% medo ou pânico, 32% insônia, 6% ideia de morte e 4% pensamento suicida (SILVA; COSTA, 2018). Em 2003/2004 e em 2010/2011, foi desenvolvida a mesma pesquisa e a porcentagem de estudantes que afirmou enfrentar problemas emocionais com prejuízos acadêmicos foi de 36,9% na primeira (ANDIFES, 2004) e 47,7% na segunda (ANDIFES, 2011).

A saúde mental de estudantes universitários tem sido tema de muitas pesquisas no país e motivado importantes discussões a partir de diferentes perspectivas: sociais, econômicas, políticas e pedagógicas, entre outras (OLIVEIRA; SILVA, 2018).

Neves e Dalgalarondo (2007) afirmam que a atenção à saúde mental dos universitários deve ser considerada, pois devido ao excesso de atividades e ao frequente afastamento do convívio familiar e do círculo conhecido de relacionamentos, os estudantes podem sofrer com alteração no padrão do sono e ansiedade. De acordo com esses autores, que avaliaram 1290 alunos da graduação da Universidade de Campinas (Unicamp), 58% dos alunos avaliados apresentam, pelo menos, um transtorno mental, com prevalência maior no sexo feminino. Bleicher e Oliveira (2016) relatam que os estudos têm apontado prevalência maior de transtornos mentais em populações universitárias que na população geral e que a expansão e interiorização universitária poderá criar alta demanda nessa área devido ao aumento do deslocamento desses jovens do convívio familiar. Também reforçam que o ambiente educacional interfere no desenvolvimento pleno das atividades estudantis, pois relações institucionais adoecedoras apresentam um impacto

negativo no rendimento e na formação do estudante por influenciarem na saúde mental destes.

Souza (2017), em pesquisa realizada com 384 estudantes de graduação de uma universidade federal mineira, demonstrou a presença de sofrimento psíquico neste público, indicando sentimento de solidão em 47%, sintomas depressivos em 59,2%, ansiedade em 70,4% e 78,1% apresentaram estresse, sendo 37,2% já em nível de exaustão. O estudo também apontou relação entre níveis de sintomas ansiosos, depressivos e estressores junto ao sentimento de solidão, sendo que a percepção de suporte social (14,2% baixa, 69,3% média e 16,4% alta) apresentou-se como um possível fator de proteção quanto ao agravamento desses sintomas.

A partir dos dados da literatura, é necessário que propostas de intervenção sejam elaboradas com direcionamento à promoção e prevenção de saúde mental de acordo com as necessidades já identificadas de maior vulnerabilidade dos estudantes a esse tipo de adoecimento, o que justifica a necessidade de criação de uma política pública específica (BLEICHER; OLIVEIRA, 2016).

Entre as recomendações do Fonaprace, no campo da saúde, segundo Assis (2013) destacam-se a necessidade de implantação, em caráter de urgência, de políticas de assistência integral à saúde dos estudantes, incluindo em caráter emergencial e prioritário programas de prevenção e redução de danos causados pelo uso indevido de álcool e outras drogas, e com objetivo de proporcionar qualidade de vida aos alunos. Porém, Bleicher e Oliveira (2016), revelam ser um erro de diretriz do Fonaprace tal afirmação, pois, de acordo com o relatório do mesmo, é baixa a proporção de estudantes que declara a interferência do uso abusivo de álcool e drogas não ilícitas em seu desempenho acadêmico, o que comprova, segundo as autoras, a falta de conhecimento especializado em saúde que subsidia as diretrizes do programa, pois não há conhecimento técnico, segundo as autoras, sobre as diferenças entre uso, abuso e dependência de drogas.

Silva *et al.* (2018) realizaram um estudo em que foi avaliada a condição de saúde bucal dos estudantes assistidos pelo Pnaes. A pesquisa foi desenvolvida na Universidade Federal do Pará por meio de análise da saúde bucal de usuários de projetos de atendimento odontológico. A amostra foi constituída de 250 estudantes dos cursos de graduação no *campus* de Belém e

os autores concluíram que a maioria dos estudantes com renda de até três salários mínimos, estavam insatisfeitos em relação à sua condição de saúde bucal e já haviam apresentando algum incômodo nos dentes e/ou na boca. Dessa maneira, considerando-se que os estudantes avaliados estão em vulnerabilidade socioeconômica, os agravos em saúde bucal avaliados podem ter relação com suas condições de vida e podem gerar consequências que interfiram negativamente no cotidiano desses universitários, principalmente no âmbito do curso de graduação. De acordo com pesquisa do Fonaprace (2016), sobre a procura por serviço odontológico, 52,96% vão ao dentista raramente ou em casos de extrema necessidade; 24,09% consultam o dentista periodicamente, independente de problemas; 17,66% vão ao dentista frequentemente para tratamento especializado e 5,3% nunca vão ao dentista.

Campos *et al.* (2016) realizaram um estudo com o objetivo de determinar condutas de risco à saúde (em relação à segurança no trânsito, em relação ao consumo de tabaco, álcool, maconha e outras drogas ilícitas, comportamento sexual seguro, sobrepeso corpóreo, alimentação e atividade física) de 499 universitários dos primeiros e últimos períodos, estudantes da área da saúde. Os autores concluíram que apesar de serem estudantes da área da saúde e de serem sujeitos que supostamente deveriam ter acumulado, ao longo de sua formação, uma série de conhecimentos sobre condutas de risco à saúde, essas foram mais frequentes entre os estudantes de fim de curso evidenciando a necessidade do desenvolvimento de estratégias que favoreçam a conscientização dos universitários para a adoção de condutas saudáveis, não só para seu próprio benefício, mas também porque eles se tornarão profissionais para atuarem com distintas populações com objetivos de promover a saúde e prevenir doenças.

Bleicher e Oliveira (2016) avaliaram de forma crítica as políticas públicas de saúde estudantil das instituições federais e levantaram alguns impasses:

- Ausência de ações conjuntas entre Ministérios da Educação (MEC) e da Saúde (MS);
- Não capacitação de técnicos quanto ao objetivo da política (técnicos do MEC sem formação ou perfil de atuação na saúde);
- Falta de metas a serem cumpridas e de mecanismos de avaliação da política;
- Gestores não mudaram atuação, no sentido de voltar ações para a

prevenção e promoção da saúde (ações voltadas ao tratamento em Saúde em detrimento das atividades de promoção, prevenção e articulação e integração com a rede pública municipal de Saúde);

- Segregação entre as ações de saúde estudantil e do trabalhador;
- Falta de políticas para estudantes de pós-graduação;
- Ausência de pesquisas que embasem as ações.

Ainda de acordo com as autoras, o Pnaes concede autonomia para as instituições, sendo estas responsáveis por definir critérios e metodologias acerca do deferimento dos benefícios. Porém, as autoras criticam essa autonomia que, apesar de permitir, por um lado, que cada instituição proponha atividades adequadas às suas necessidades, não garante que haja atendimento às áreas estabelecidas no decreto, sem haver sequer um consenso geral a respeito de como tais atividades devem ser organizadas e promovidas no cotidiano das instituições. Esse fato revela a falta de uma regulamentação específica para as ações direcionadas do programa, pois, uma vez não havendo um delineamento claro para os investimentos financeiros em cada área proposta do Pnaes, acaba por não haver garantia de equidade entre as áreas, ocorrendo priorização de algumas áreas, especialmente alimentação, transporte e moradia, em detrimento de outras comprovadamente relevantes, como a saúde.

A assistência estudantil da UFV consegue abranger várias áreas, incluindo a saúde e será descrita a seguir de acordo com dados da própria instituição.

3.5 A assistência estudantil na UFV – Caracterização da instituição

Pode-se dizer que a assistência estudantil na Universidade Federal de Viçosa (UFV) possui justificativa histórica, pois desde que surgiu em 1926, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) desenvolve ações que propiciam a permanência dos estudantes na Instituição. Uma das primeiras instalações foi o Edifício Bello Lisboa, para alojamento masculino e refeitório, construção justificada pela permanência dos estudantes na instituição em tempo integral, uma vez que a Universidade fundamentava-se na atuação em três pilares básicos: ensino, pesquisa e extensão. O atendimento na área da saúde iniciou-se em 1933, com a contratação de um médico com dedicação em

tempo integral. Em 1948, a Universidade passa a ser denominada Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). Nessa época, iniciaram-se várias obras, tais como a Praça de Esportes e mais unidades de alojamentos e, em 1963, foi inaugurado o prédio de Alojamento Feminino devido à criação do curso de Economia Doméstica, voltado para estudantes do sexo feminino. Em 1964, o refeitório obteve a sua sede própria, sendo ampliado em 1976,

Sendo assim, a UFV tem grande tradição na assistência estudantil por ter sido a pioneira no Brasil e a primeira a conseguir adotar o regime de internato com sucesso em suas dependências. Desde que foi inaugurada, em 1926, tem proporcionado suporte para a permanência dos estudantes na instituição, atendendo a maioria das demandas (DEL GIÚDICE, 2013). Com o passar dos anos, a vulnerabilidade social passou a ser condição única para recebimento dos benefícios assistenciais. Hoje, muitos estudantes em vulnerabilidade social de todo país escolhem essa instituição para a graduação, para além de sua qualidade acadêmica, devido à possibilidade de residir no alojamento da UFV, tendo seus gastos essenciais (moradia e alimentação) assegurados. A UFV tem se destacado na assistência aos estudantes, por promover saúde, alimentação, moradia, esporte, transporte, lazer e oferece, inclusive, auxílio-creche. O atendimento contempla estudantes da educação básica do Colégio de Aplicação Coluni, os alunos de graduação e pós-graduação. Todavia, somente os graduandos contemplados pelo Serviço de Bolsa têm direito ao Serviço Moradia (SACRAMENTO, 2015).

Devido ao crescimento da UFV, a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD) foi criada em 13 de março de 1978, para auxiliar no processo de descentralização da Reitoria. As Divisões e Serviços da PCD são: a Divisão de Alimentação (DAL), a Divisão de Saúde (DSA), a Divisão de Esporte e Lazer (DLZ), a Divisão Psicossocial (DVP), a Divisão de Assistência Estudantil (DAE) e o Serviço de Bolsa (SBO), A Associação Beneficente de Auxílio a Estudantes e Servidores da UFV (Asben), O Conselho Comunitário e a Capela, a qual conta com um teólogo (técnico de nível E vinculado à PCD) e tem missas regularmente.

- Serviço de bolsa

O Serviço de Bolsa é um órgão da Pró-Reitoria de Assuntos

Comunitários (PCD) responsável por administrar a avaliação, seleção e concessão das bolsas e serviços oferecidos pela UFV aos estudantes de cursos presenciais de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica e regularmente matriculados. Para solicitar os benefícios, o estudante tem que apresentar os documentos exigidos e preencher um formulário socioeconômico. Posteriormente, a documentação é analisada, segundo normas e prazos definidos pela PCD e passa por uma avaliação socioeconômica. O atendimento prioriza as situações de maior vulnerabilidade. Através desta bolsa, o aluno é beneficiado com: moradia (nos alojamentos ou ajuda para aluguel), alimentação (Restaurante Universitário) e auxílio creche. Dependendo do perfil, o estudante recebe bolsa moradia e/ou alimentação. Alguns recebem somente auxílio-alimentação, sem direito à moradia, mas os beneficiários do serviço auxílio-moradia automaticamente têm direito a refeições gratuitas nos restaurantes do campus, RU e Multiuso. Os contemplados têm direito a café da manhã, almoço e jantar todos os dias.

- Moradia Estudantil

Compreende a concessão de moradia gratuita nas Unidades Habitacionais da UFV, aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica regularmente matriculados na graduação.

- Serviço Alimentação

Consiste na concessão de gratuidade na alimentação oferecida nos Restaurantes Universitários, aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica comprovada e regularmente matriculados no ensino médio e na graduação.

- Auxílio Creche

Recurso financeiro destinado aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação, para custear despesas de mensalidades escolares para seus filhos de 0 a 5 anos, 11 meses e 29 dias de idade.

- Auxílio-Emergencial

Auxílio financeiro excepcional concedido mediante laudo técnico a

estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, em casos de emergência.

De acordo com informações obtidas no Serviço de Bolsa, a cota disponível para os atendimentos vinha acompanhando a demanda, principalmente depois da implantação do Pnaes, ou seja, todas as solicitações de moradia e alimentação, que se enquadravam nos critérios de vulnerabilidade social devidamente comprovada, dentro dos prazos estabelecidos, foram atendidos. É possível observar um aumento considerável na concessão de bolsas principalmente pós-Pnaes. O Relatório de Atividades, referente ao ano de 2011, destaca que, em relação ao ano de 2010, a UFV apresentou crescimento de 44,7% na concessão de serviços e bolsas para a assistência estudantil. É possível observar que esse número continuou aumentando nos anos seguintes chegando à concessão de 4323 bolsas em 2015 somente no campus Viçosa. No ano de 2017 esse número foi de 4271. O Relatório de Atividades (2018), referente ao ano de 2017, orienta que o número de auxílios concedidos varia significativamente ao longo dos meses. Isso ocorre por diferentes motivos, geralmente, a pedido do estudante, como troca de modalidade de auxílio, colação de grau, desistência de curso ou obtenção de outra fonte de renda. Por essas razões ocorre mais variabilidade na concessão de Bolsas de Iniciação Profissional e nos meses de recesso escolar.

- Moradia estudantil

No *campus* Viçosa, existe a Divisão de Assistência Estudantil (DAE) que é o órgão responsável pela administração das seis Unidades de Moradia Estudantil que possuem ao todo 1290 vagas em 246 apartamentos.

Os prédios receberam ao longo do tempo denominações particulares. São conhecidos pela comunidade acadêmica como: “Velho, Novo, Novíssimo, Pós, Posinho e Feminino”. Os quartos possuem mobiliário próprio, compostos por cama, escrivaninha, armário e banheiro, exceto no alojamento Velho (feminino), que possui banheiro coletivo em cada seção de oito quartos. São alojados três a cinco estudantes em cada quarto. Nos alojamentos masculinos Pós e Posinho, com estrutura de apartamento de três quartos, com sala, cozinha e área de serviço, são alojados dez moradores em cada apartamento. Todos os prédios possuem laboratórios de informática, que outrora funcionavam como salas de estudo e lavanderia.

Para os excedentes de vagas de alojamentos é concedida a chamada

“bolsa moradia” através da qual os beneficiários recebem mensalmente um auxílio financeiro para apoio ao custeio de permanência (aluguel) no município em que o *campus* se localiza.

- Serviço alimentação

A Divisão de Alimentação (DAL) é um órgão da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários responsável pela gestão do restaurante universitário do *Campus* UFV-Viçosa (CAV). O RU está localizado na região central do *Campus* Universitário, próximo aos Pavilhões de Aulas, Biblioteca, Alojamentos, Reitoria, sendo, portanto, de fácil acesso para a maior parte dos usuários.

O RU/UFV é considerado uma Unidade de Alimentação e Nutrição de grande porte, servindo diariamente em torno de 5.100 refeições, distribuídas entre Café da Manhã, Almoço e Jantar. Além deste, a UFV oferece refeições no Restaurante Multiuso por concessão e há mais um RU ainda em obras no *campus*. De acordo com o Relatório de Atividades da UFV-2018 (ano-base 2017), foram servidas, nos dois restaurantes, 1.799.411 refeições no total, sendo cerca de 37% destinadas a não-pagantes, ou seja, a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica comprovada.

- Assistência à saúde

No município de Viçosa há uma população aproximada de 73.333 habitantes, sendo cerca de 20.000 pessoas reconhecidas como população flutuante na qual predomina jovens universitários (IBGE, 2015). Um problema enfrentado pela cidade é que essa numerosa “população flutuante” não aparece nos dados do censo e, portanto, não está nos cálculos dos repasses de recursos para a prefeitura, uma vez que o repasse é feito a partir do número de habitantes de cada município e de acordo com os dados oficiais do censo. Nesse sentido, a Divisão de Saúde (DSA) possui papel fundamental na estrutura, pois ajuda a diminuir o fluxo de pacientes nos hospitais da cidade.

Em Viçosa, a Divisão de Saúde, vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, atua como ambulatório, encontrando-se devidamente equipada e estruturada para oferecer serviços de atenção básica, de forma eletiva, promovendo ações de prevenção de doenças e promoção da saúde da comunidade da UFV.

Em 2011, foram realizados 76.047 atendimentos (entre servidores e

estudantes) na DSA nas seguintes áreas: Atendimento Nutricional, Dietoterapia, Programa de Atendimento à Saúde do Adolescente, Pró-celiaco, Nutrição Materno-infantil, Consulta Médica, Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Junta Médica Oficial, Laboratório de Análises Clínicas, Odontologia, Psicologia e Radiologia.

De acordo com os dados do mais atual Relatório de Atividades da UFV-2018 (ano base-2017), a DSA realizou 30.479 atendimentos à comunidade universitária, totalizando 47.425 procedimentos médicos, cirúrgicos, odontológicos, de enfermagem, radiológicos e de exames laboratoriais.

Atualmente, a DSA conta com o atendimento médico nas seguintes áreas: atenção à saúde da mulher e da criança (pediatria, ginecologia e nutrição materno-infantil), atendimento médico de clínica geral, ortopedia e psiquiatria, além de diagnóstico por imagem, enfermagem, fonoaudiologia, laboratório de análises clínicas, sala de vacina, nutrição e odontologia.

- Atendimento psicossocial

O *campus* Viçosa conta com a Divisão Psicossocial (DVP) que é o órgão responsável pela coordenação e execução das atividades preventivas e de assistência no campo da saúde mental, contando para isso com a atuação de psicólogos, psiquiatra e assistentes sociais. Vários projetos são desenvolvidos com o objetivo de prevenção aos comportamentos de risco, relacionados ao uso abusivo de álcool e outras drogas, práticas sexuais sem proteção e uso indevido de internet e mídias sociais. Promove palestras sobre a importância do cuidado com a higiene pessoal como fator de promoção de saúde e bem-estar e temas sobre convivência e respeito à diversidade. Em 2017, a DVP atendeu a 2.738 pessoas dos três segmentos da comunidade acadêmica. Desse total, 2.339 (85%) foram a estudantes de Ensino Médio, Graduação e Pós-Graduação. Em relação à atenção psicológica oferecida, a DVP realizou 1.925 atendimentos individuais nas modalidades de Plantão Psicológico e Psicoterapia Breve. No caso da atenção psiquiátrica, foram contabilizados 813 atendimentos psiquiátricos individuais.

A DVP também coordena o Programa UFV de Atenção ao Uso de Álcool e Outras Drogas/Bem Viver que, por meio da realização da campanha de prevenção de drogas intitulada “Março de Boa” e do projeto de recepção aos calouros “Desafios da Liberdade”, beneficia cerca de 1.761 estudantes. Outra

campanha promovida pela DVP em 2017, foi a “Campanha de Prevenção ao Suicídio: Setembro Amarelo”, com a participação de aproximadamente 180 pessoas. Além das ações individuais e coletivas, a Divisão Psicossocial participou de comissões que favorecem o desenvolvimento de políticas e práticas no contexto universitário, relacionadas à temática dos direitos humanos, cidadania e saúde mental dos discentes.

- Esporte e lazer

O *campus* Viçosa conta com a Divisão de Esporte e Lazer (DLZ) que tem como missão gerir, organizar, incentivar e apoiar o desenvolvimento das atividades físicas, esportivas e de lazer no âmbito da Instituição. Várias são as ações realizadas e estas envolvem diversas modalidades esportivas, com destaque para a Liga Universitária Viçosense de Esportes (LUVE) na Copa LUVE, jogos universitários, colônia de férias, recepção de calouros, entre outros.

No ano de 2017, a DLZ promoveu e apoiou a realização de 36 ações e eventos e diversos projetos esportivos e de lazer na Instituição, em parceria com professores de diferentes departamentos. Ao todo, as ações e eventos envolveram 6.348 estudantes e, os projetos, aproximadamente 1.000 estudantes, totalizando 7.348 participantes. Dentre as atividades coordenadas pela DLZ, em 2017, pode-se destacar o Programa de Esporte e Lazer na UFV. O Programa atendeu a 680 beneficiados, de março a novembro do referido ano.

- Outros

Os estudantes da UFV *campus* Viçosa contam também com a Associação Beneficiante de Auxílio a Estudantes e Servidores da UFV (ASBEN) que é uma associação civil sem fins lucrativos que auxilia por meio de convênio com a UFV a comunidade acadêmica em vulnerabilidade econômica. Disponibiliza uma farmácia e outros tipos de ajuda tais como (medicamentos, consultas médicas, compra de óculos, exames de alta complexidade, doações para passagens e compras de alimentos especiais, tratamentos odontológicos especializados, entre outros.)

O *campus* Viçosa também conta com atendimento espiritual e celebrações eucarísticas na capela, além de promover encontro de jovens,

retiros, palestras e debates de conscientização humana e religiosa.

4. METODOLOGIA

A pesquisa realizada consistiu inicialmente de um levantamento sobre a assistência estudantil existente na instituição a fim de ampliar a compreensão de como esta funciona na UFV, que foi caracterizada no capítulo anterior. Além de uma revisão da literatura disponível sobre o tema, foi realizada também uma pesquisa de campo com os beneficiários para se obter dados que foram aplicados na pesquisa. A seguir a pesquisa de campo será detalhada esclarecendo o tipo desta, o objeto de estudo e amostragem, como foram realizados os procedimentos e técnicas de coleta de dados bem como a técnica de análise e interpretação destes.

4.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa pode ser classificada como um estudo de caso numa abordagem qualitativa, de natureza aplicada utilizando a revisão bibliográfica e a aplicação de entrevista do tipo grupo focal como técnica de coleta de dados.

Esse estudo está caracterizado como pesquisa qualitativa pois buscou entender, descrever e explicar um fenômeno por meio de análise de experiências individuais ou grupais, investigando experiências e documentos. De acordo com Câmara (2013), a pesquisa qualitativa permite estabelecer fatores de determinado fenômeno. Através da obtenção da percepção dos entrevistados foi possível ampliar a compreensão da realidade vivida pelos respondentes e aprofundar a questão da assistência à saúde do estudante com vulnerabilidade socioeconômica.

Como esse estudo aprofundou a compreensão de determinada situação ou fato, dando significado para os envolvidos com objetivo de captar as circunstâncias e as condições de uma situação sobre uma população pesquisada, caracteriza-se como um estudo de caso (LAKATOS; MARCONI, 2010).

4.2 Objeto de estudo e amostragem

O objeto de estudo é a própria UFV e os alunos beneficiados pelo

Pnaes, moradores dos alojamentos da UFV, *Campus Viçosa*. Optou-se por esses últimos sujeitos porque o critério adotado baseia-se nos parâmetros de que esses estudantes passaram previamente por uma seleção e foram contemplados com auxílios moradia e alimentação devido à vulnerabilidade socioeconômica existente, já detectada pela própria instituição. No *campus Viçosa* da UFV existem seis alojamentos, sendo dois masculinos e quatro femininos, com capacidade para 1290 alunos.

Para a realização do Grupo Focal, alguns autores como Gondim (2003) recomendam um grupo de quatro a dez participantes, outros de seis a dez, dependendo do nível de envolvimento com o assunto de cada participante. Segundo Gondim (2003), se o assunto desperta interesse em um grupo em particular, as pessoas terão mais o que falar, o que pode diminuir as chances de todos participarem e com mais de dez pessoas, há mais chance a polarizar, haver conflito e maior dificuldade de controle do processo pelo moderador. Oliveira e Freitas (2010) defendem que o grupo deve ser pequeno o suficiente para todos terem oportunidade de partilhar suas percepções e grande o bastante para fornecer diversidade de percepções.

Na UFV, há a Comissão das Moradias Estudantis (CME), sendo esta composta por um representante de cada Unidade de Moradia Estudantil (UME) e seus respectivos suplentes, que são eleitos pelos próprios moradores, o que representa um total de 12 estudantes, moradores dos alojamentos. De acordo com o regimento interno das UME, a CME fica responsável por:

- assessorar a PCD (Pró- Reitoria de Assuntos Comunitários) nas questões envolvendo as moradias estudantis;
- levar ao conhecimento da PCD os pleitos dos residentes das UME e solicitar providências;
- encaminhar sugestões e auxiliar nas decisões que garantam a ordem, a habitabilidade e a preservação do patrimônio público disponibilizado;
- propor eventos, atividades culturais e projetos que visem à melhoria da qualidade de vida nas UME, os quais devem ser aprovados nas instâncias competentes da Universidade (UFV, 2015).

Esses 12 representantes dos alojamentos foram os indivíduos convidados a participar da pesquisa. Porém, devido à desistência de alguns pelo cargo de representante, pela falta de compatibilidade de horários ou impossibilidade de comparecimento, seis participaram da entrevista do tipo grupo focal, número dentro do indicado por alguns autores para a realização deste tipo de entrevista. Esses estudantes foram os alunos de escolha para a

pesquisa por serem pessoas que, além de serem estudantes beneficiados pelo Pnaes, são moradores dos alojamentos e são indivíduos de maior participação, engajamento e com maior envolvimento nas causas estudantis, o que implica em boa capacidade de contribuir para os objetivos da pesquisa.

4.3 Procedimentos e técnicas de coleta de dados

A coleta de dados realizada foi a aplicação da técnica de entrevista chamada de Grupo Focal como estratégia metodológica qualitativa. Antes de dar início à dinâmica do Grupo Focal uma breve ficha de dados demográficos foi preenchida pelos participantes para traçar o perfil demográfico destes. O Grupo Focal se baseia em uma entrevista em profundidade, realizada em grupo. Neste tipo de entrevista o foco ou objeto de análise é a interação dentro do grupo estimulada por comentários ou questões norteadoras fornecidas por um moderador (OLIVEIRA; FREITAS, 2010), que nesse caso, foi a própria pesquisadora. Essas perguntas foram construídas a partir de elementos que circundam o problema de pesquisa a fim de se obter a percepção dos beneficiados em relação à assistência à saúde existente na instituição, além de buscar dados sobre a visão dos estudantes sobre a própria saúde.

O roteiro serve para nortear a discussão com certa flexibilidade na condução do grupo focal com possibilidade de registrar temas não previstos, mas que se mostrem relevantes. De acordo com Gondim (2003), um roteiro deve permitir um aprofundamento progressivo e uma fluidez da discussão sem necessidade de muitas intervenções. O roteiro pode conter tópicos ou questões de interesse e cria uma progressão natural entre os tópicos com alguma sobreposição entre os mesmos (OLIVEIRA; FREITAS, 2010).

Neste tipo de entrevista o moderador deve permitir um debate espontâneo mas deve estar atento caso ocorra desvio do tema, não deixar que o grupo comece a falar de um assunto importante muito tarde para ser explorado e evitar que estes findem antes da hora, a fim de se obter uma discussão produtiva (KIND, 2004; GONDIM, 2003).

De acordo com Trad (2009), o grupo focal é particularmente apropriado quando se tem como objetivo explicar como as pessoas consideram uma experiência, pois durante a discussão, é possível apreender percepções, opiniões e sentimentos frente a um tema determinado num ambiente de

interação, o que justificou seu uso nesse estudo. Oliveira e Freitas (2010) complementam dizendo que o objetivo do grupo focal é obter o entendimento dos participantes sobre o tópico de interesse da pesquisa e que este permite riqueza e flexibilidade na coleta de dados maior do que quando se aplica uma entrevista individual, além de se ganhar com a interação e espontaneidade entre os participantes.

O grupo focal foi realizado no dia 10 de novembro de 2018 e teve duração total de uma hora e 32 minutos. O local para a realização do grupo focal, por sugestão dos próprios alunos, foi a sala de Reuniões destinada aos representantes da Comissão das Moradias Estudantis, localizada no porão do Centro de Vivência dentro do *campus* da UFV. A escolha deste local foi favorável pelo fato de ser de fácil acesso e de conhecimento de todos os envolvidos na pesquisa.

O grupo foi convidado a participar da pesquisa e foi combinado um dia e horário que fosse conveniente para todos. Houve um cuidado especial em relação à clareza quanto à explicitação do projeto aos participantes. Todos os cuidados éticos foram incluídos no processo e informados aos participantes, especialmente com relação à gravação (áudio e imagem) da discussão e ao sigilo. Os participantes convidados receberam duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo uma via para a pesquisadora e outra para os mesmos, de acordo com orientações do Comitê de Ética, que aprovou a realização da pesquisa.

O ambiente foi favorável e com o objetivo de garantir uma discussão participativa, o grupo foi devidamente esclarecido pela pesquisadora quanto à dinâmica do grupo focal, conforme orientações existentes na literatura (GONDIM, 2003; OLIVEIRA; FREITAS, 2010), tais como: uma pessoa fala de cada vez; sempre que possível justificar sua resposta; evitar discussões paralelas para que todos participem; ninguém dominar a discussão; todos têm direito de dizer o que pensam; desacordos são legítimos, Grupo Focal não pressupõe busca de consensos.

4.4 Técnica de análise e interpretação dos dados

Após a obtenção dos dados, estes foram transcritos e acrescidos das anotações e reflexões do moderador (pesquisadora). Nas transcrições os

estudantes foram identificados com nomes fictícios que serão também utilizados em citações para garantir o sigilo de suas identidades. Todo o material transcrito do áudio da entrevista foi então analisado separadamente por assunto e em conjunto e contextualizados com o referencial teórico. Foi realizada a análise de conteúdo para comparação da percepção dos beneficiários com a realidade da instituição, compreender o grau de satisfação e relevância da assistência à saúde na vida dos acadêmicos.

O tratamento dos dados primários obtidos através das respostas obtidas nas entrevistas foi então realizado utilizando a análise de conteúdo da autora Laurence Bardin (2011). Segundo a autora, a função primordial da análise de conteúdo é o desvendar crítico e procurar conhecer aquilo que está por trás do significado das palavras.

Os critérios de análise definidos por esta autora foram seguidos passando pelas seguintes fases: pré-análise, exploração de material e tratamento dos resultados (inferência e interpretação). Na fase de pré-análise o material foi organizado compondo o corpus da pesquisa. Inicialmente, foi realizado o contato inicial com os documentos (leitura flutuante), observando as seguintes regras: exaustividade, representatividade, homogeneidade, pertinência e exclusividade.

Finalmente, na fase de interpretação dos dados, foi realizado o retorno ao referencial teórico, a fim de embasar as análises dando sentido à interpretação.

5. DISCUSSÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Este capítulo irá abordar as questões relativas às diferentes percepções da assistência estudantil a partir da análise dos dados coletados no grupo focal que foi realizado. Portanto, buscou-se analisar, a partir da narrativa dos sujeitos, a percepção dos estudantes sobre os temas concernentes à pesquisa.

Primeiramente, os dados demográficos que foram coletados momentos antes da entrevista do grupo focal e foram analisados a fim de se obter o perfil dos seis participantes.

Observou-se que três eram do sexo masculino e três do sexo feminino e suas idades variaram entre 22 e 38 anos. Dentre eles, quatro são naturais de cidades mineiras, os demais são oriundos um da Bahia e o outro do Espírito Santo. São alunos de seis cursos diferentes: Licenciatura em Física, Ciências Sociais, Direito, Zootecnia, Geografia e Medicina Veterinária. Todos os participantes declararam ser solteiros. O ano de ingresso desses alunos na UFV variou de 2010 a 2017. Em relação à saúde, apenas um dos seis participantes declarou possuir plano privado de saúde e quando questionados sobre quantas vezes necessitaram de atendimento em saúde neste ano, metade respondeu ter necessitado mais de quatro vezes, dois responderam de duas a três vezes e um respondeu que apenas uma vez.

Após o preenchimento dos dados demográficos descritos acima, os estudantes receberam orientações sobre a entrevista do tipo grupo focal que teve início logo em seguida, acompanhando o roteiro de perguntas de acordo com os temas de interesse, os quais convocaram os entrevistados a um posicionamento de si e de seus sentimentos.

A seguir os temas de discussão serão apresentados. Estes foram separados para realização da interpretação e análise das falas dos entrevistados bem como relacionados com a literatura encontrada.

5.1 A influência da assistência estudantil na permanência do aluno na Universidade

Quando questionados quanto à influência da assistência estudantil na permanência no ensino universitário, pode-se perceber unanimidade no

discurso dos estudantes. Todos os entrevistados demonstraram em suas falas que a assistência estudantil, para eles, que possuem vulnerabilidade socioeconômica, é fundamental para a permanência na universidade. Palavras como fundamental, indispensável, relevante apareceram várias vezes, retratando o sentimento de dependência desses estudantes em relação à assistência estudantil como pode-se observar nas seguintes falas que se assemelham com a opinião de diversos autores tais como Cavalcanti (2014) e Finatti *et al.* (2007).

JOEL: “[...] eu não teria condições de arcar com os custos da minha moradia, da minha alimentação aqui, pra mim faz toda a diferença [...]”.

ANA: “[...] eu dependo da assistência estudantil pra tudo, assim ... desde comer até... de vez em quando eu preciso de um remédio tem que correr lá no centro de bolsa porque não tem de onde tirar mesmo, minha família não tem condições de me ajudar aqui [...]”.

Foi possível observar também que os alunos relatam que a assistência estudantil, além de ser de grande relevância, se mostra como fator essencial em relação à permanência dos mesmos na universidade. Neste momento, foi possível sentir que os estudantes querem demonstrar a certeza de que não estariam frequentando a universidade caso não existisse a assistência estudantil:

JOEL: “[...] eu até digo que se não fosse a assistência estudantil com certeza eu não estaria aqui né? Na universidade hoje, então isso é extremamente relevante pra mim.”

ANA: “[...] se eu não tivesse assistência estudantil eu não taria [sic] na UFV, já teria voltado pra casa e arrumado um emprego e também não taria [sic] em nenhuma outra universidade provavelmente.”

PEDRO: “[...] sem a assistência estudantil aqui na universidade eu já teria evadido do curso, então a assistência estudantil é fundamental para que eu esteja aqui hoje, inclusive até ela influencia até no meu rendimento acadêmico [...] Não vejo outra forma de estar estudando aqui na universidade sem participar da assistência estudantil senão já teria voltado pra casa, já estaria trabalhando num serviço extremamente braçal, então não estaria aqui se não fosse a assistência estudantil, ela é fundamental, ela é indispensável.”

LUIZ: “[...] acho também que sem assistência estudantil não conseguiria me manter, assim ... meus pais não tem condições de ficar mandando dinheiro [...]”

Esses dois temas que retratam a assistência estudantil como essencial e a relação desta com a permanência na vida acadêmica dos estudantes

remetem ao fato de que a assistência estudantil está cumprindo as suas finalidades de acordo com o que está descrito no Decreto nº 7243 como objetivos das ações do Pnaes (BRASIL, 2010).

Por outro lado, não é possível perceber nos alunos a consciência de que a evasão no Ensino Superior não pode ser considerada exclusivamente pela carência da assistência estudantil, uma vez que, como relata Andrade e Teixeira (2017), esta ocorre devido a vários fatores que podem ser de ordem pedagógica e psicológica como falta de identificação com o curso, decepção com o mercado de trabalho, com o curso ou com a instituição, dificuldades de conciliar estudo e trabalho, baixo preparo escolar, alta exigência do curso, dificuldades financeiras, falta de didática, baixa qualificação ou engajamento de professores, falta de apoio familiar e dificuldades de relação com pares e professores.

Além disso, cabe aqui ressaltar que a Assistência Estudantil não deve ser a única responsável pelo desempenho dos estudantes, embora se constitua num fator relevante. Vários fatores condicionam e influenciam o aproveitamento acadêmico, tais como: condições adequadas de ensino e de infraestrutura, quantidade adequada de professores, disponibilidade de laboratórios, acesso à informação, bem como as particularidades referentes ao histórico escolar de acesso ao sistema de ensino básico de cada estudante.

Pode-se observar também que a assistência estudantil da UFV é vista pelos entrevistados como ampla e consistente e essa condição acaba por se tornar fator de escolha no momento de se optar por uma universidade, tanto pelo custo de vida da cidade quanto pela assistência estudantil da UFV quando comparada com outras instituições de ensino. Este discurso está alinhado com o que as autoras Del Giúdice (2013) e Sacramento (2015) relatam em seus estudos. Nos discursos a seguir, é possível notar esse posicionamento dos estudantes:

LUIZ: “[...] antes de vir estudar aqui eu estudava numa faculdade particular em São Paulo com bolsa, também não conseguia manter porque tinha que trabalhar, estudar, cidade grande é outro ritmo e depois eu passei aqui e passei também na UNESP antes de passar aqui, mas lá a assistência estudantil não tem a relevância que tem aqui aí eu acabei optando em vir pra aqui. Passei na federal do Rio de Janeiro também mas lá o custo de vida é altíssimo... Pensei... não vou conseguir manter ...então eu acabei vindo pra aqui pelo custo de vida e a questão da assistência estudantil ser uma assistência estudantil mais ampla, mais consistente...”

JÚLIA: “[...] pra mim a assistência estudantil da UFV não é só um dos motivos pelo qual as pessoas permanecerem aqui é um dos motivos também pelo qual as pessoas virem para a UFV porque é igual o “Luiz” acabou de dizer ele passou em outras universidades federais mas universidades essas que não tinham a mesma assistência que a UFV tem. Isso é um fator fundamental...”

A assistência estudantil da UFV consegue uma boa abrangência das áreas definidas no Pnaes e isso é reconhecido pelos alunos participantes do grupo focal e se mostra de importância fundamental, tanto para manter, quanto para atrair alunos para a instituição. De acordo com o Fonaprace, a capacidade intelectual e de formação básica dos estudantes foram avaliadas e aprovadas no processo seletivo de acesso à Universidade. Sendo assim, a assistência estudantil deve assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico, contribuindo na prevenção e erradicação da retenção e da evasão, quando decorrentes de dificuldades socioeconômicas. Segundo o Fonaprace, o apoio aos estudantes vulneráveis é essencial, pois, para muitos estudantes, com renda familiar insuficiente, representa uma garantia de permanência na Universidade e término do curso, o que pode ser comprovado no discurso dos alunos.

5.2 A autonomia das universidades para administrar os recursos destinados ao Pnaes

Neste momento, os participantes foram questionados quanto à autonomia que as universidades têm em dar prioridade às áreas que consideram mais relevantes da assistência estudantil, de acordo com a realidade que cada instituição vive.

A fala de todos os sujeitos revelou concordância destes com a liberdade que as universidades apresentam para aplicação dos recursos orçamentários do programa que são repassados às IFES pelo MEC. Essa autonomia está descrita no 4º artigo do decreto no Pnaes observado abaixo:

Art. 4º. As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de Ensino Superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010).

Analisando o discurso dos estudantes pode-se perceber que eles concordam com a autonomia universitária, o que pode ser confirmado em

algumas falas:

JOANA: “[...] Eu acredito que ter essa diferença de universidade para universidade é importante porque a realidade de *campus* diferentes é diferente. Então, por exemplo, tem *campus* em que existem menos moradias mesmo, existem bolsas na cidade, tem *campus* que a quantidade de pessoas é menor então às vezes compensa mais investir numa coisa enquanto na UFV, por exemplo, compensa mais investir em outra...”

PEDRO: “[...] Também concordo, as universidades têm que ter autonomia pra gerir o recurso do Pnaes...”

JOEL: “[...] Eu penso também que o principal fator da importância dessa autonomia dessa universidade em rede gerir os recursos do Pnaes pelo seguinte fator que cada universidade é um mundo diferente né? As realidades sociais são diferentes em cada universidade, então a própria universidade ela tem que pensar uma forma de investir no seu próprio meio aí se estiver um modelo pronto que alguém que algum superior ele impõe aí não vai ser bom, porque cada universidade é uma realidade diferente aqui na UFV por exemplo tem muito problema de gerir esses recursos, a universidade encontra muitos problemas...”

Já na literatura, autoras como Bleicher e Oliveira (2016) criticam a autonomia universitária para gerir o Pnaes alegando que como não há uma determinação clara para os investimentos financeiros em cada área proposta do Pnaes, acaba por não haver garantia de equidade entre as áreas, ocorrendo priorização de algumas áreas em detrimento de outras muitas vezes bem relevantes.

Entre os estudantes, foi possível perceber uma insatisfação e até mesmo certa indignação em relação à maneira que as decisões são tomadas na Universidade. Os alunos participantes declararam claramente que, na percepção deles, há falta de diálogo, falta de participação da comunidade universitária no que diz respeito à distribuição e uso do recurso do Pnaes:

JOANA: “[...] eu acredito que essa autonomia na universidade tem que ser com diálogo com quem usa efetivamente os serviços. Se vem uma quantidade x e a universidade tem autonomia para aplicar no que ela quer, quem que tem essa autonomia de fato, quem tá lá em cima, o pró-reitor por exemplo, ou existe um diálogo com os moradores? porque eu acho interessante ter autonomia nessa questão da diferença de universidade para universidade que existe, mas que os moradores tem que tá diretamente ligados nisso, participando disso.”

PEDRO: “[...] Através da transparência, através do diálogo, através da informação, isso é fundamental para que haja participação na decisão em relação ao que será gasto com esse dinheiro,

infelizmente isso não tem acontecido, não tem havido tanto diálogo principalmente sobre a questão do dinheiro do Pnaes [...] A universidade não chama a comunidade acadêmica dela pra participar não há uma participação da gestão desse dinheiro, então o dinheiro do Pnaes ele é gasto pela administração eles falam que foram gasto de uma forma e a gente acredita se dá de forma imposta, não é gasto de forma democrática pra esse dinheiro ser gasto de forma democrática teria que ter essa participação, ele é gasto de forma autoritária.”

Essa reivindicação dos alunos vai de acordo com a literatura estudada, pois foi possível perceber que autores tais como Nascimento e Arcoverde (2012) e Oliveira e Vargas (2012) defendem uma maior participação dos estudantes na elaboração e acompanhamento das ações envolvendo o Pnaes. Além disso, a CGU, após auditoria em 58 universidades recomendou a participação dos discentes nas decisões dos institutos sobre as ações do Pnaes (CGU, 2016).

Com relação aos recursos que as Universidades recebem para gerir o Pnaes, o decreto orienta que as instituições devem se ater às necessidades específicas que cada uma possui e que a demanda será atendida dentro dos limites do orçamento, indicando nesse ponto a tendência ao seguinte: não havendo aumento na provisão de recursos e aumentando o número de estudantes vulneráveis socioeconomicamente levaria à uma diminuição da assistência, condicionando as instituições à uma maior focalização nos mais necessitados, distanciando a assistência estudantil da universalização do direito:

Art.8o As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de Ensino Superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente. (BRASIL, 2010)

Sendo assim, percebe-se que este artigo permite que os que mais necessitam sejam atendidos, mas não que todos que necessitam o sejam, o que acaba por excluir alguns que podem estar perdendo a oportunidade de participar do Ensino Superior. Havendo então diminuição desses recursos a situação se agrava ainda mais.

A seguir, os estudantes demonstram grande insatisfação com a diminuição dos recursos destinados ao Pnaes, alguns relatam cortes no

orçamento e outros relatam que esse é insuficiente para atender a demanda existente, fato comprovado por autores como (CISLAGHI; SILVA, 2012; DEL GIÚDICE *et al.*, 2014; PAIXÃO *et al.*, 2016, SILVA; COSTA, 2018), que afirmam que embora historicamente crescentes até 2016, estes ainda são insuficientes para o atendimento de uma demanda sempre crescente.

PEDRO: “[...] a maioria desse dinheiro hoje é gasto com restaurante, então assim praticamente ele vai todo para o restaurante, para pagar a empresa terceirizada, então assim praticamente não sobra nada do PNAES para outras áreas. O que acontece é que a universidade complementa o recurso do PNAES com a OCC que é orçamento de custeio e capital que também é insuficiente pra atender todas as áreas, é insuficiente para atender as demandas das moradias, tanto estrutural, questão do esporte, questão cultural, questão de saúde principalmente [...] O dinheiro do PNAES que vem, já veio mais dinheiro, agora, depois do corte, isso com certeza tá prejudicando muito, o dinheiro já está vindo menos, o dinheiro que já vinha antes já era insuficiente pra atender todas as demandas [...] Em questão de inclusão à universidade questão de acesso à universidade tem se tornado pior porque antes era muito mais pessoas pobres dentro da universidade, hoje se tem uma concorrência muito grande para pleitear o PNAES, para pleitear a assistência estudantil, pra fazer parte, pra morar em alojamento se tornou uma coisa muito difícil, muito difícil mesmo.”

JOEL: “[...] esses recursos estão sendo cortados, aí eu penso que esses recursos estão se concentrando mais na área da moradia mesmo e da alimentação, porque eu não digo que essas áreas de esporte e lazer não são importantes, são importantes sim, mas em tempos de vacas magras você tem que apertar...”

LUIZ: “[...] que a maioria do dinheiro está sendo usado nos RUs nos três mesmo nos três campus, todo dinheiro do PNAES e a universidade complementa, mas a gente vê que a questão das manutenções das moradias, a estrutura das moradias está se perdendo [...] Também como teve cortes de recursos porque contava com época das vacas gordas então expandiu-se as bolsas inclusive para moradias na cidade e as moradias estão ficando cada vez mais sucateadas, isso é visível.”

O Ministério da Educação e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram as áreas mais afetadas pelo corte de R\$ 21,2 bilhões em março de 2016 e perdeu R\$ 4,27 bilhões. Em janeiro de 2016, foram disponibilizadas 9,5 mil bolsas a menos em relação ao ano anterior, o que aponta uma tendência a retração no setor (BRASIL, 2016).

É possível observar que a narrativa dos sujeitos revela insatisfação também quanto à avaliação do programa, transparência e o controle com o uso dos recursos destinados ao Pnaes.

PEDRO: “[...] também ela tem que ter instrumentos de avaliação e

inclusive de fiscalização de como está sendo feito com esse dinheiro [...] Como se faz isso? Através da transparência, através do diálogo, através da informação, tem que ter esse controle desse dinheiro.”

JÚLIA: “[...] Eu acredito que a autonomia é importante sim, porém é possível dar mais margem pra corrupção, porque na UFV a gente vê algumas as coisas um pouco mais organizadas, mas existem universidades por aí que a coisa é bem desorganizada então assim o fato de cada um ter sua liberdade da margem para isso acontecer pra isso a fiscalização fica mais complexa ou mais difícil ou talvez inexistente...”

LUIZ: “[...] mas ainda falta mais transparência em questão do recurso do PNAES a pessoa cobra, depois cobra o PNAES, OCC então assim mas não apresenta uma planilha depois escreve um relatório anual lá assim, investiu isso na assistência estudantil, isso não é claro...”

JOEL: “[...] não tem ninguém pra fiscalizar você não sabe se o negócio tá sendo feito direitinho [...] É um grande problema não só nas universidades mas como no poder público em geral é isso que quebra o Estado a má gestão dos recursos, as empresas não fazem as coisas direito você contrata, você terceiriza, a empresa não faz a coisa direito aí o que acontece, ela suga os recursos, não há fiscalização e o Estado quebra, é isso que acontece com o Brasil.”

PEDRO: “[...] aqui não tem transparência, aqui tem um órgão que centraliza o dinheiro, que é a pró-reitoria de orçamento então é um órgão que os estudantes não tem acesso, hoje a gente vai chegar na pró-reitoria de assuntos comunitários que é responsável por distribuir esse dinheiro do PNAES você vai perguntar sobre o que foi gasto no PNAES, o que foi gasto no PNAES mês passado ou ano passado, eles não tem essa informação [...] No final você tem um relatório, aquilo não quer dizer nada, você quase não entende aquele relatório, então pra começar falta transparência, não tem transparência no uso do dinheiro do PNAES, eles falam que tem mas isso não é transparência, quando você recebe de ano em ano, transparência é o que foi gasto nesse mês sobre o dinheiro do PNAES isso é transparência, vão chegar pra você e dizer, entrou tanto de dinheiro foi gasto tanto qual foi a forma que esse dinheiro foi gasto qual foi o meio, então assim eles se eles tivesse essa informação isso é transparência então pra mim fundamental...”

Como os alunos defendem a transparência com o recurso público, a fiscalização e a avaliação a fim de promover maior aproveitamento do recurso e controle social do mesmo, pode-se afirmar que esses corroboram com a percepção de autores como Sanches (2013) e De Souza Madeira *et al.* (2015) que na literatura, também pregam a transparência e o controle social do Pnaes pelos próprios beneficiários. Percebe-se, então, grande consciência dos alunos em relação à participação que deveria existir dos alunos na elaboração de ações e na transparência com o dinheiro público.

5.3 Influência da saúde no desenvolvimento acadêmico

Quando questionados sobre a influência da saúde no desenvolvimento acadêmico, todos concordaram e enfatizaram que há grande influência, demonstrando concordância com autores como Joia (2010) e Bleicher e Oliveira (2016) como é possível observar nas falas selecionadas abaixo:

ANA: “[...] Influencia 100%. Porque saúde é tudo, saúde mental, saúde física...”

PEDRO: “[...] Também acho que é 100% importante a questão da saúde né? [...] Ela impacta 100% aqui na comunidade universitária, inclusive no nosso rendimento...”

JOEL: “[...] tanto sua saúde física quanto sua saúde mental tem que tá funcionando adequadamente pra você render nas suas atividades ...aí quando alguma coisa está errada, aí como é comum num sistema tudo vai tendo reação em cadeia, vai só piorando ainda mais...”.

JOANA “[...] sim, é extremamente relevante, impacta diretamente, quando você não tá bem de saúde é muito difícil você fazer qualquer coisa bem [...] Em outro momento JOANA aprofunda ainda mais e relata que o impacto da falta de saúde durante o curso pode até mesmo influenciar na vida profissional futura. [...] se você não tá bem, seja psicologicamente, seja fisicamente, isso acaba tendo um impacto muito grande né? então ir pra uma aula, até mesmo pra uma aula simples bem e ir pra uma aula doente você já sente a diferença e isso vai atrapalhar seu rendimento, vai atrapalhar na forma que você aprende, vai atrapalhar na sua nota, depois dependendo da situação, atrapalha até na sua vida profissional depois, porque aqui é onde a gente se prepara pra vida profissional e, se a gente não tá aprendendo bem, que tipo de profissional a gente vai ser depois? então a questão da saúde é extremamente importante, impacta diretamente.”

Corroborando também com a literatura, os estudantes relataram com certa frequência a doença mental como prevalente e de grande influência na vida dos universitários que muitas vezes é causada pelo estresse devido à pressão de professores, colegas, excesso de atividades acadêmicas, ao frequente afastamento do convívio familiar e do círculo conhecido de relacionamentos, alteração de padrão do sono e ansiedade (SIQUEIRA *et al.* 2017; NEVES; DALGALARRONDO, 2007; BLEICHER; OLIVEIRA, 2016). Bleicher e Oliveira, (2016) defendem ainda a criação de uma política pública específica para transtornos mentais de estudantes universitários devido à grande vulnerabilidade destes a esse tipo de doença.

Os estudantes demonstram conhecer o serviço prestado pela UFV da divisão psicossocial e um deles relata ser um avanço a criação desse serviço, mas denunciam que esse não tem capacidade de atender toda a demanda existente:

PEDRO: “[...] chega os finais de semestres e durante o semestre aqui na universidade tem uma doença nas pessoas, rola um estresse mental isso em função também... aquilo que a JOANA falou da exigência além da exigência também você tem a perseguição moral, do assédio moral de professores, entre estudantes, isso tudo contribui com que a pessoa também se estresse mentalmente e acaba tendo a doença mental e a universidade também tem um órgão que atende pessoas com estresse mental que é a divisão psicossocial que não dá conta de atender as vezes as pessoas chegam lá...”

JOEL: “[...] o psicólogo da divisão de saúde, ele falou comigo que aí ele me apresentou alguns dados lá do relatório que ele fez aí das principais causas de problemas mentais aqui na universidade justamente questões acadêmicas o povo tem uma cobrança muito grande...”

ANA: “[...] tem a questão da pressão também de competição, de outras brigas que ocorrem também são muito estimuladas dentro do meio acadêmico [...] É um ambiente muito tenso, os professores, ficam doentes e adoecem você [...] Aí você fica mal, aquele ambiente é tudo muito tóxico, aí acontece alguma coisa você não fica normal [...] A universidade, ela te absorve, você vive em função dela, você vive em função do seu rendimento acadêmico...”

LUIZ: “[...] realmente a universidade consome essa pressão de a Universidade Federal de Viçosa, pressão dos professores, da concorrência da competitividade do curso [...] A própria convivência também a gente tem problemas de convivência ainda porque a gente vive realidades diferentes, pessoas que vem de lugares muito diferentes e hoje tem adolescentes que saem de casa pela primeira vez e tem gente que não que já morou fora e teve gente que já saiu de casa mais cedo, os estudantes cada vez mais novos na universidade hoje...”

Luiz ainda complementa exemplificando um caso de doença mental de um colega próximo:

LUIZ: “[...] Lá onde eu morava tinha um colega que estava meio estressado porque cansa muito e é extremamente... muito pobre assim ele se cobra não querendo depender dos pais dele então esse negócio de prova, prova, prova duas, três provas por semana todo dia e vai aquela coisa e aí começou a ter crise de ansiedade então não estava comendo mais não se alimentava aí você vai almoçar daí ele começou a chorar ele colocou a comida e começou a chorar porque não conseguia comer aí falei assim você vai procurar um psicólogo um psiquiatra e vai passar lá aí passou tomou remédio até que melhorou então em relação a algumas coisas na questão da saúde psicossocial acho que houve um avanço e aí começou a ter essas demandas muitas demandas e talvez o número de profissionais não deve ter dado conta de tá atendendo todas essas demandas então acho que houve sim um avanço na questão de psicossocial na saúde mas acho que talvez por questão de recursos também não estávamos tendo o atendimento ampliado mas houve avanço...”

Além da saúde mental, a saúde bucal também foi muito lembrada e citada pelos universitários. Silva *et al.* (2018), que avaliaram a condição de

saúde bucal de universitários com maior vulnerabilidade socioeconômica associaram pior condição de saúde bucal devido a situação de maior carência destes. A saúde bucal é citada por três dos seis entrevistados e “Pedro” acrescenta sobre a influência no rendimento acadêmico:

ANA: “[...] eu não tô conseguindo mastigar desse lado, e já tem muito tempo...”

JOANA: “[...] comigo também é na odontologia agora, eu precisei recentemente de um procedimento, não tinha, não são todos os procedimentos que a odontologia faz e aí eu consegui através de algum convênio que o serviço de bolsa tem...”

PEDRO: “...Recentemente eu tive problemas dentários, eu tinha dois dentes que precisavam de canal e eu estava passando dor direto, direto estava sentindo dor 24 horas [...] Porque estava afetando o meu rendimento acadêmico, que a dor é muito intensa...”

A questão da moradia e da alimentação, como foi observado na literatura, é enfatizada pelo Fonaprace (2004) como essenciais para garantir a permanência do estudante, além de influenciar em melhor desempenho e formação integral. Sobre esse tema, os alunos demonstraram grande insatisfação com problemas nas moradias e no Restaurante Universitário e declaram estes como fatores que interferem na qualidade de vida destes e conseqüentemente também na saúde, o que pode ser notado a seguir na declarações:

PEDRO: “[...] a gente não vive com qualidade principalmente no caso das mulheres que moram em alojamento sucateado, a exemplo de quem morava no velho, a Joana sabe como que é a exemplo das meninas que moravam no feminino que lá tem um banheiro que elas lavam utensílios de cozinha dentro do banheiro isso é desumano então isso impacta na saúde das pessoas...”

JÚLIA: “[...] a gente vê, existe sim um a insalubridade uns ambientes complexos mencionado pelo Luiz sobre a questão de você higienizar sua louça no mesmo lugar que higieniza seu rosto assim umas coisas um pouco complexas isso impacta sabe é negativo, atrapalha, e também estar na vida acadêmica é uma situação que já nos deixa vulnerável sabe? [...] Viver nesse ambiente te traz oportunidades ruins, acaba culminando mais a oportunidade de não ter saúde [...] A questão da alimentação ao meu ver depois que terceirizou o cardápio melhorou mas o ambiente do RU deu uma piorada drástica todo mundo sabe disso eu por exemplo às vezes chego lá meu apetite vai embora de tão estressada das coisas que acontecem e eu até comento, você vem pra se alimentar aí seu cortisona sobe porque você fica irritada aí você não se alimenta adequadamente sua absorção alimentar não vai ser a mesma porque o ambiente está insalubre, você não tem um ambiente adequado pra sentar, é fila, é talher mal higienizado, bandeja mal higienizada...”

De acordo com o Fonaprace, o Pnaes de Graduação das IFES rege-se

por alguns princípios, sendo um deles a garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil e uma das diretrizes orienta as IFES a definirem um sistema de avaliação dos programas e projetos de assistência estudantil por meio da adoção de indicadores quantitativos e qualitativos. Os alunos concordam e almejam por um serviço de qualidade pois estes podem impactar diretamente na saúde e consequente no desempenho acadêmico destes.

De acordo com orientações do Fonaprace, 2011, a avaliação dos programas e projetos institucionais destinados aos estudantes deverá ser realizada pela Instituição, com a participação dos discentes e demais Pró-Reitorias, subsidiando os trabalhos do Fonaprace na avaliação permanente do Plano Nacional de Assistência Estudantil.

5.4 Assistência em saúde

De acordo com a literatura pesquisada que traçou o perfil dos estudantes de graduação de universidades federais do Brasil, (FONAPRACE, 2016) a rede pública de saúde é utilizada pela ampla maioria dos estudantes das classes C, D e E. Além disso, o levantamento realizado revelou ainda um aumento na demanda pelos serviços públicos de saúde entre esses alunos com maior vulnerabilidade socioeconômica. Já entre os estudantes das classes A e B, estes majoritariamente utilizam sistemas particulares de saúde, como planos de saúde ou rede particular.

Ainda de acordo com dados do Fonaprace (2016), 60,09% dos alunos afirmaram que raramente (somente em casos de extrema necessidade) procuram por serviço médico, o que foi possível notar com os participantes da pesquisa.

Na entrevista com os alunos, é possível destacar que estes também utilizam o sistema público de saúde, e preferencialmente a Divisão de Saúde da UFV, alguns ainda destacam que quando não conseguem algum tipo de tratamento de que necessitam devido à falta de cobertura de todos os procedimentos pela Divisão de Saúde, estes acabam por deixar de fazer o tratamento ou de “ir adiando” o máximo possível, situação que vai contra o princípio de integralidade do SUS, que visa a prevenção a fim de evitar o agravamento de doenças (BRASIL,1988).

ANA: “[...] Ou eu vou na divisão de saúde ou eu não vou. Simples...é tipo: tem como tratar na divisão de saúde? Trata, se não tem jeito ou se eu não tenho tempo eu fico sem tratar, tipo...vai deixando [...] E eu estou esperando até o dia que eu não aguentar mais e falar que realmente não tem jeito, e qualquer coisa que aparecer no meu corpo, sei lá, e falar que não tem na divisão de saúde, vai ficar por isso mesmo...”

JOANA: “[...] Eu procuro sempre a divisão de saúde primeiro, pela questão da proximidade, pela questão de estar relacionada diretamente com a universidade [...] Eu também, se não tem na divisão de saúde, acaba que eu também vou deixando pra depois [...] Divisão de saúde não está tendo e aí eu teria que ter tanto tempo de ir no centro procurar, quanto dinheiro pra pagar os procedimentos e a dor não é insuportável, não tem nada assim por enquanto e a gente vai deixando, deixando. Acaba acontecendo muito, e eu imagino que acontece também com outras pessoas em outras questões. Então a divisão de saúde é o primeiro local sempre e em geral eu só procuro outros meios quando realmente é impossível continuar ir deixando pra lá...”

PEDRO: “[...] Então é também penso o mesmo, pra mim é sempre a divisão de saúde, sempre bom procurar a divisão de saúde primeiro.

LUIZ: “[...] sempre usei muito serviço da divisão de saúde...”

JÚLIA: “[...] Eu todas as vezes que precisei eu fui para a divisão de saúde tanto pela praticidade, eu não vejo dificuldade de acordar cedo e ir lá marca e conseguir a consulta para o dia seguinte, tanto pela questão de que ela está aqui pra nós, ela é um espaço de exclusividade para quem é membro da universidade e também pela questão que os hospitais é pra comunidade viçosense. E assim todas as vezes que eu precisei fazer exames, os exames que a própria divisão não cobria a divisão de assistente estudantil cobria por ser moradora de alojamento e além dessa questão também eu vejo que assim, mesmo que algumas pessoas reclamam que tem que acordar de madrugada, tem que acordar mais cedo a gente sempre consegue...”

De acordo com Elói (2018), que realizou uma pesquisa com os alunos beneficiários do Pnaes na UFV, 63,46% dos beneficiários recorrem à divisão de saúde quando necessitam de atendimento médico ou psicológico, 26,92% utilizam os hospitais públicos no município de Viçosa. Outra forma de resolver o problema foi indicado em 4,17%, tais como aguardar até que o problema de saúde se resolva com o passar do tempo e ir para a cidade de origem resolver o problema perto da família.

Os alunos dizem que preferem recorrer à Divisão de Saúde devido também às condições ruins de atendimento dos hospitais públicos da cidade, o que reforça a importância da assistência à saúde destes estudantes. Alguns demonstram consciência sobre a população flutuante universitária da cidade influenciar na prestação de serviços públicos da cidade, incluindo assistência à

saúde:

ANA: “[...] Porque até mesmo a questão do atendimento nos hospitais aqui em Viçosa eu acho muito delicado [...] Não dá pra confiar na cidade e isso reforça ainda mais a questão de, a UFV tem que investir ainda mais a questão de saúde, porque a saúde que é precária pra quem já mora na cidade...”

PEDRO: “[...] Porque também o atendimento da cidade lá é muito ruim, não dá conta de atender [...] Você vai pro hospital lá correndo o risco de ficar esperando, igual aconteceu com o colega aqui. Você fica lá esperando maior parte, fica lá esperando 1, 2, 3 horas esperando...”

LUIZ: “[...] são de Viçosa os recursos que vêm, vêm pensando na população de Viçosa, a gente é população flutuante, a gente não está nessa contagem da população de Viçosa, infelizmente é isso e os repasses do Governo Federal e Estadual deve ir para população que aí é uma grande briga com Censo e IBGE com a prefeitura. A prefeitura já tem recontagem dessa população flutuante de 15 a 20 mil habitantes de Viçosa das universidades, flutuantes que ficam aqui durante um tempo e eu não sei se esse censo agora 2020 que vai vim do IBGE como é que eles vão inserir isso né, pode ser que essa população entre como população Viçosense né, aí esse recurso vim a Viçosa [...] Essa população flutuante que supercarrega o serviço do SUS aqui em Viçosa...”

JOEL: “[...] eu fui procurar o hospital e a moça lá fez a minha ficha eu aguardei umas 3 horas na fila pra chegar no médico e o médico falar que eu tinha que ir para divisão de saúde. Porque eu não poderia estar ali porque não era emergência, porque que a moça não falou comigo no atendimento, eu tinha ido embora...”

Os alunos percebem a saúde como bem essencial e grande influenciadora no rendimento estudantil. Acrescentando isso à grande dependência dos alunos vulneráveis à Divisão de Saúde, esta se mostra de grande importância na vida destes universitários, pois os serviços ofertados pelo município não conseguem suprir a demanda dos moradores da cidade e da população flutuante que é formada principalmente pelos estudantes universitários. Os alunos com vulnerabilidade socioeconômica da UFV que participaram desta pesquisa relatam recorrer à DSA quando necessitam e realizam somente tratamentos que estão disponíveis. Se precisam de um tratamento que por algum motivo não é ofertado pela mesma, estes declaram que simplesmente não o fazem por falta de condições financeiras, o que aumenta o risco de o problema ter maior gravidade e influenciar no rendimento acadêmico destes.

5.5 Prevenção x Tratamento em saúde

Os alunos foram questionados quanto a importância de se investir mais em prevenção ou em tratamento de saúde e sobre qual a opinião destes sobre esse assunto. Foi possível perceber unanimidade sobre a grande e maior importância da prevenção. Os entrevistados demonstraram conhecimento e consciência de que sempre é melhor prevenir doenças do que tratá-las, tanto pelo custo financeiro quanto pelo custo de bem estar e saúde em si.

ANA: “[...] Prevenção, foi o que várias pessoas falaram, prevenir porque o problema vai ficar bem menor...”

JOEL: “[...] a prevenção é bem melhor...”

JOANA: “[...] O custo da prevenção é bem menor, quando eu falo custo não é só financeiro eu falo custo de tudo, o custo de tudo, muito melhor você praticar um exercício físico e tá [sic] bem com você mesma e não precisar depois passar por um procedimento que envolve tanto o custo financeiro mesmo quanto prejudicar o seu corpo de alguma maneira, porque quando você tá curando, você tá interferindo em alguma coisa que tá acontecendo e muitas vezes a cura não vem sozinha tem um efeito colateral nisso. Então é muito melhor você se prevenir e ter uma vida boa antes do que não precisar tomar remédio, precisar se furar, sofrer menos. É um custo bem menor a prevenção.”

LUIZ: “[...] Mas a prevenção é importante sim, tem estudo que se comprova, você gasta muito menos com a prevenção do que com a própria doença [...] É fundamental a prevenção, com certeza.”

Esse tipo de opinião já é senso comum na literatura, especialmente na área da saúde. Consta na Constituição, no princípio da integralidade do SUS (BRASIL, 1988) e em artigos da literatura (OLIVEIRA *et al.* 2010; BLEICHER E OLIVERIA 2016; JOIA 2010; FONAPRACE, 2011). A atenção primária baseada na prevenção e a criação da Estratégia da Saúde da Família são prioridades no SUS com o objetivo de prevenir doenças e o agravamento destas, o que diminui a demanda por tratamento complexos e onerosos, além de melhorar a saúde da população.

Neste momento, a fala dos sujeitos também denuncia que, para eles, faltam ações, atividades e incentivo à prevenção de doenças pela rede pública de saúde e que até profissionais da área muitas vezes não estão treinados para lidar com a prevenção. Além disso, citam a questão da cultura da própria população que não está ainda voltada para a prevenção. A “tradição curativista”, na visão dos estudantes ainda é bem forte no país, posição denunciada por Bleicher e Oliveira (2016).

PEDRO: “[...] Eu acho que o investimento é fundamental nos dois,

não só na prevenção quando no curativo também, mas acho que tem que trabalhar mais a prevenção. Eu vejo que isso falta, não só aqui, mas no Brasil todo também. Se trabalha muito pouco a prevenção, a gente tem a cultura de procura um médico, hospital, a palavra hospital e posto médico já remete aquela ideia de quando você está ali já doente você vai lá e procura [...] Então eu acho que a gente tem a cultura também, infelizmente eu muitas vezes só procuro quando a coisa está muito crítica, eu acho que falta debater mais isso com a população as questões das medidas preventivas. Você economiza em tudo.”

LUIZ: “[...] É a prevenção é uma coisa importante ainda que não é cultura nossa dos brasileiros falando de um modo geral, se pegar uma pesquisa, com certeza a gente não tem essa cultura e eu falo tanto da pessoa, do paciente em si quanto das políticas públicas de incentivar essa prevenção [...] mas a prevenção é importante sim, tem estudo que se comprova, você gasta muito menos com a prevenção do que com a própria doença.”

JÚLIA: “[...] Pior que é uma questão cultural mesmo, a gente não tem habito de prevenir, tanto pela questão de se alimentar melhor, estar em um ambiente que você se sinta confortável e agradável, estar com pessoas que te faz bem, toda essa questão. Acaba que a gente vai deixando isso né, se preocupa só com que é hoje, a prova amanhã, as coisa mais pontuais. Tanto que nessa questão que você está doente e você precisa se tratar, já tem dados na literatura que comprova que isso é prejuízo. Prejuízo social, prejuízo econômico porque quando você pega um atestado você deixa de trabalhar, de produzir, deixa de ir a um evento e de socializar. Então assim é ruim, além de você não prevenir ser ruim, pode levar a doença pode também ser ruim por causa dessas questões, é fundamental a prevenção, com certeza.”

ANA: “[...] É uma coisa que acho tão cultural, mas tão cultura que foram raras as situações em que eu fui ao médico querendo antecipar a alguma doença por algum novo risco que eu estava correndo e ele achou válido [...] Eu acho que as estratégias de prevenção elas deviam estar antes das estratégias de tratamento,

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado pela Constituição Federal de 1988 fundamentado nos seus princípios e diretrizes de universalidade, integralidade e equidade, com uma proposta de humanização do cuidar, com o objetivo de redirecionar uma cultura curativista, centrada na doença, para um tipo de cuidar baseado na prevenção e na educação em saúde. Desse modo, as desigualdades sociais bem como a erradicação da pobreza precisam ser consideradas como fatores determinantes no processo saúde/doença e a educação popular em saúde precisa ser trabalhada como estratégica política, na perspectiva de integração da participação ativa da comunidade através do diálogo e da construção compartilhada de conhecimentos, de forma a proporcionar uma integração da cultura popular com a científica. Bleicher e Oliveira (2016) acreditam que para se alcançar esse objetivo há necessidade

de preparo dos profissionais da saúde nesse sentido para melhor planejamento de ações e estratégias preventivas e ou interceptativas objetivando sempre a motivação para a adoção de hábitos e de um estilo de vida saudável entre universitários.

5.6 Percepção sobre a integração entre a rede pública de saúde (hospital, postos de saúde) e a assistência à saúde da UFV

De acordo com o SUS, os municípios são os principais responsáveis pela saúde pública da sua população. Quando o município não possui todos os serviços de saúde, há uma busca por apoio junto as demais cidades de sua região em prol do atendimento integral à saúde. Todos os estudantes podem acessar os serviços de saúde mantidos por esses municípios, tendo em vista que o SUS garante o acesso integral, universal e igualitário à população brasileira. Nesse caso, a porta de entrada do SUS deve ser, preferencialmente a atenção básica (postos de saúde, centros de saúde, unidades de saúde da família, unidades de pronto atendimento, entre outras). A partir desse primeiro atendimento, os usuários do SUS são encaminhados, conforme necessidade, para outros serviços de saúde de maior complexidade (hospitais e clínicas especializadas) (BRASIL, 1988).

Foi questionado aos alunos se eles têm conhecimento de algum tipo de integração entre a DSA e a rede de saúde municipal. Alguns relataram saber de um tipo de diálogo entre esses órgãos com relação à encaminhamentos e deslocamentos, principalmente da DSA para hospitais da cidade em casos de emergência, mas essa relação não está muito clara para os alunos como pode-se perceber principalmente na fala de “PEDRO”.

ANA: “[...] eu fui encaminhada pela UFV e atendida como estudante da UFV no CISMIV. Ficou com a psiquiatra de lá que é professora de medicina também. Eu não sei exatamente como se dava isso, eu sei que foi uma coisa marcada pelo telefone, pra estudante a UFV os papeis, os documentos tudo vem com o carimbo e o envelope da Universidade de Viçosa e não necessitava o cartão do SUS então eu acredito que tenha realmente a ver...”

JOANA: “[...] Entre a Divisão de saúde e a saúde na cidade, o diálogo que eu vejo pelo menos que eu já usei é em relação a encaminhamento mesmo, quando aqui não tem a especialidade, eu já fui encaminhada para oftalmologista por exemplo [...] Eu não entendo como uma parceria, é mais um diálogo pelo fato de que aqui não tem a especialidade, aí eu vou na Divisão já sabendo que eu não vou ser atendida na divisão mas eu preciso do encaminhamento.”

JOEL: "...O que eu vejo com relação a essa parceria aí com a divisão de saúde com o SUS é só justamente em questão de emergência, aluno que passa mal aqui e eles levam lá para os hospitais..."

PEDRO: "[...]Então eu acho que ainda, essa questão dessa parceria, eu vejo mais como algo mais natural essa parceria da divisão da universidade entre essas instituições da saúde pública, mas não está bem claro pra mim assim como se dá essa parceria e como ela é feita. O que eu sei são de experiências de relatos de pessoas por exemplo a Lorena já até em questão do encaminhamento..."

Segundo Bleicher e Oliveira (2016), como já existe uma rede pública de saúde, esta deveria se comunicar com os serviços de saúde estudantil das instituições federais. Desta maneira, as instituições atuariam no sentido de criar ambientes saudáveis e prevenir doenças associadas especificamente à realidade do aluno do ensino federal; enquanto que a rede local de saúde seria acionada quando da necessidade de tratamento. É possível perceber que o pensamento das autoras está de acordo com o que o SUS recomenda. Na Instituição UFV isso também acontece, os tratamentos mais complexos e que não são oferecidos pela DSA são encaminhados para a rede pública municipal. A DSA atua como ambulatório, atua na atenção básica prestando assistência com ações curativas e preventivas para servidores e estudantes de forma eletiva, promovendo ações de prevenção de doenças e promoção da saúde da comunidade da UFV. A DSA coordena programas e projetos destinados a estudantes, entre eles a Imunização Universitária e o Programa Integral da Saúde da Moradia Estudantil (PISME). Há também ações voltadas a servidores, estudantes e seus dependentes, como as seguintes campanhas: vacinação em geral; vacinação pré-exposição (prevenção da raiva humana); de prevenção a DST/Aids, com realização de teste rápido; de prevenção ao HPV; de combate ao fumo; Agosto Dourado, de incentivo ao aleitamento materno; Setembro Amarelo, de combate ao suicídio; Outubro Rosa, de prevenção do câncer de colo do útero e do câncer de mama; Novembro Azul, de prevenção do câncer de próstata; além das campanhas de doação de sangue. O projeto denominado Imunização Universitária conta com a participação da Pró-Reitoria de Ensino e o apoio das coordenações de cursos. Na recepção aos calouros de 2017, foram conferidos 1.666 cartões de vacinas. Em julho de 2017, a Sala de Vacinas da Divisão de Saúde retomou suas atividades em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, sendo realizadas 953 vacinações.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que o Brasil é um país de grandes desigualdades para com o seu povo. Um dos caminhos para se tentar melhorar essa questão é o acesso à educação superior de qualidade e gratuita. Mesmo com todo o esforço dos governos anteriores ainda há muito o que avançar nesse aspecto, pois o número de estudantes que adentram as universidades públicas é muito pequeno quando comparado com o número de alunos matriculados em escolas públicas de segundo grau. A educação superior ainda não é uma realidade de todas as pessoas, pelo contrário, continua sendo um privilégio de poucos, pois muitos ainda se encontram excluídos.

O desafio dos programas governamentais para a educação é grande. Além da necessidade de aumentar o número de vagas e da criação de novas universidades, existe a questão da qualidade do ensino com meta de formar pessoas capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente à realidade.

Os estudantes com vulnerabilidade socioeconômica possuem nas universidades a oportunidade de ascenderem social e economicamente. Programas de assistência estudantil têm se revelado instrumentos necessários para o acesso, a permanência e o aproveitamento acadêmico destes estudantes no Ensino Superior. Através da assistência é possível viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão, promovendo a democratização da educação e a redução das desigualdades sociais e culturais no Brasil. Para os alunos com vulnerabilidade socioeconômica, a assistência estudantil é considerada fator decisivo entre estar ou não frequentando a universidade, o que a torna essencial.

No presente trabalho foi possível alcançar os objetivos propostos de perceber, pelo olhar dos beneficiários, situações da assistência estudantil em geral e com maior aprofundamento na saúde. Inicialmente foi realizada uma abordagem teórica específica relacionada ao Ensino Superior e à assistência estudantil. Após a apresentação da metodologia utilizada na pesquisa, foi descrita a pesquisa realizada em si, com discussão dos dados coletados.

Como visto no texto desta pesquisa, a Assistência Estudantil é

instrumento de viabilização do direito social educação em um contexto de grande desigualdade social. Enquanto esta situação persistir tal instrumento se mostra necessário, fato demonstrado pelos entrevistados que declararam a assistência estudantil como fator imprescindível e essencial para estarem frequentando o Ensino Superior. A UFV se destaca nacionalmente pela assistência oferecida aos seus estudantes por contemplar quase todas as áreas das necessidades estudantis, fator decisivo de escolha pela UFV. Mesmo assim, os alunos se queixam de:

- carência de manutenção das moradias estudantil,
- necessidade de melhoras nos RUs,
- não atendimento a toda a demanda existente,
- falta de diálogo dos gestores com os beneficiados,
- falta de transparência e controle dos recursos destinados ao PNAES,
- melhor integração entre rede pública de saúde (municipal) e a instituição.

Com relação à saúde, há maior necessidade de assistência à saúde mental, que ao ver dos estudantes e de acordo com a literatura parece ser a área mais crucial. A divisão de saúde e a divisão psicossocial da UFV são então importantes dentro da universidade devido ao seu papel crucial na saúde da comunidade universitária e merecem investimento contínuo devido à procura por este serviço ser significativa e como os usuários denunciaram nesta pesquisa, muitas vezes não conseguem suprir toda a demanda existente.

Como funcionária que atua diretamente com a saúde dos alunos da UFV, acredito que a Universidade deve assumir a responsabilidade sobre a saúde de seus membros de maneira a garantir um ambiente saudável e influenciar positivamente nos estilos de vida. A assistência estudantil possui potencialidade para a introdução da promoção da saúde nas universidades devendo haver maior sensibilização, vontade, interesse e empenho dos gestores em fazer uso dessa política para promover ações de saúde com foco na prevenção devido à sua grande relevância no meio acadêmico.

Esta pesquisa trouxe contribuições sobre a Política de Assistência Estudantil para as instituições de ensino e, especialmente para a UFV, pois permitiu à instituição obter qual a percepção desses estudantes em vulnerabilidade, favorecendo a possibilidade de elaborar políticas internas para

atendê-los de forma mais efetiva, de aprimorar as suas ações futuras no campo em questão e reconhecer a importância da reformulação e implementação de políticas públicas educacionais e de assistência que deem suporte à correção das profundas distorções socioeconômicas relacionadas à origem dos alunos que lograram acesso ao Ensino Superior. Levando-se em conta que Pnaes é uma política pública focalizada, destinada a assegurar a manutenção e a conclusão do curso nas IFES pelos graduandos que se encontram em situação de fragilidade socioeconômica, deve-se atentar para a importância de ampliar serviços eficazes e resolutivos, já que o estudante passa boa parte do seu tempo nas IFES, como também fortalecer os cenários de aprendizagem e trabalho intersetorial.

Propõe-se, para estudos futuros, a percepção dos gestores da UFV sobre a Política de Assistência Estudantil para assim haver comparação dos resultados com o presente estudo e mais estudos relacionados à assistência à saúde devido ao seu papel crucial para qualquer atividade.

Finalmente, é preciso democratizar a universidade pública e construir uma sociedade mais democrática. E somente através do acesso à educação será possível minimizar as mazelas sociais e democratizar de fato a riqueza e a cultura socialmente produzidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. P. D.; GATTERMANN, B. Assistência Estudantil no Instituto Federal Farroupilha Campus Santo Augusto/RS: **Perspectivas e Desafios**. XVII Seminário Internacional de Educação no Mercosul, 2015.

ALVES, J. M. **A assistência estudantil no âmbito da política de educação superior pública**. 2002. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v5n1_jo.htm>. Acesso em 22 jan. 2019.

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. Brasília, DF, 2011.

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras**. Uberlândia, MG:, 2016.

ANDRADE, C. Y. Acesso ao Ensino Superior no Brasil: equidade e desigualdade social. **Revista Ensino Superior**, Campinas, n. 6, p. 18-27, 2012.

ANDRADE, A.M.J.; TEIXEIRA, M. A. P. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 512-528, jul. 2017.

ASSIS, A. C. L. et al. As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 4, p. 125-146, Edição Especial. 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Lei 10.172/2001: Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990.

BRASIL. Decreto nº 7.234/2010: **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**., 2010.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Evolução do investimento público**

total em relação ao PIB, em todos os níveis de ensino, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas**. 43p., 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação superior. Diretoria de desenvolvimento das instituições federais de ensino superior **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano, 30 de outubro de 2009.

BLEICHER, T.; OLIVEIRA, R.C.N. Políticas de assistência estudantil em saúde nos institutos e universidades federais. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 20, Número 3, Setembro/Dezembro de 2016.

CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, 6(2), jul - dez, 2013.

CAMPOS *et al.* Condutas de saúde de universitários ingressantes e concluintes de cursos da área da saúde. **Rev. Bras. Pesq. Saúde**, Vitória, 18(2): 17-25, abr./jun., 2016.

CARVALHO, C. H. A. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 58, p. 209-244, jun., 2014.

CAVALCANTI, R. W. A política de assistência estudantil no brasil como instrumento de democratização das universidades públicas federais. **Anais... XIV SIM Geo Simpósio de Geografia da UDESC**, set., 2014.

CHAVES, J. C.; SILVEIRA, F. A. Ensino Superior e política de assistência estudantil: repensando a formação universitária. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 15, n. 40, 2018.

CISLAGHI, J.; SILVA, M. O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência. **Ser Social**. Brasília, v. 14, nº. 31, p. 489-512, jul./dez., 2012.

CGU, **Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU). Secretaria Federal de Controle Interno Diretoria de Auditoria de Políticas Sociais I. Relatório de Consolidação dos Resultados das Gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Disponível em: <https://auditoria.cgu.gov.br/download/10212.pdf>, 2016.

COSTA, M. C. Os impactos da política de assistência estudantil no rendimento acadêmico. **Revista Contemporânea de Educação** vol. 11, n. 22, ago./dez., 2016.

DEL GIÚDICE, J.Z.A. et al. Vulnerabilidade social como critério utilizado na política de assistência estudantil: uma análise conceitual e empírica. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 17, n.1, p. 27-45, jul./dez., 2014.

DEL GIÚDICE, J.Z.A. **Programa de assistência estudantil da Universidade Federal de Viçosa/MG: repercussões nos indicadores acadêmicos e na vida pessoal, familiar e social dos beneficiários.** Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa: Viçosa, 2013.

DE SOUZA MADEIRA, Í. L. S. et al. Custo estimado de refeições: estudo de caso no restaurante universitário da UFRN. **Anais...** XIV Congresso Internacional de Custos. Medellín, Colombia, Septiembre 9, 10, 11 de 2015.

DUARTE, C. S. A educação como um direito fundamental de natureza social. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 691-713, out. 2007.

DUTRA, N. G. R.; SANTOS, M. F. S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.** Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, mar. 2017.

ELÓI, S. S. S. **Sistema de monitoramento e avaliação do programa nacional de assistência estudantil – PNAES: um modelo a partir da teoria do programa.** Dissertação (Mestrado em Administração Pública)) – PROFIAP, Universidade Federal de Viçosa: Viçosa, 2018.

FAPESP. Capítulo 3: Ensino Superior: Perfil I da Graduação e da Pós-graduação In: **Indicadores de Ciência e Tecnologia e Inovação em São Paulo** –. Fapesp, São Paulo, 2004.

FERTONANI, H. P. et al. Modelo assistencial em saúde: conceitos e desafios para a atenção básica brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, 20(6):1869-1878, 2015.

FINATTI, B. E. et al. Perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes da UEL: indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil. **Anais...** III jornada internacional de políticas públicas. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior: Relatório Final da Pesquisa.** Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Brasília: FONAPRACE, 89p. 1ª ed., 2004.

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis [FONAPRACE] **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras.** Brasília, 2011.

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis [FONAPRACE] FONAPRACE/ANDIFES (2016). **IV Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos da IFES** (p. 291). Brasília, 2016.

GOMES, A. M. O; PASSOS, G. O. A implementação do programa nacional de

assistência estudantil (PNAES) nos institutos federais. **Revista de Políticas Públicas**. v. 22, n. 1 2018.

GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: Desafios metodológicos. **Paidéia**, 12 (24),149-161. 2003.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Anuário Estatístico do Brasil**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2014.pdf>. Acesso em: 6 agosto 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, **IBGE cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 5 jul. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas. **Evolução do acesso de jovens à educação superior no brasil**. Brasília: IPEA, Abril de 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas. Grupo de Análises e Previsões. **Análise de Conjuntura**. Rio de Janeiro: IPEA. Dimac, Dezembro de 2016.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, 2014.

JOIA, L. C. Perfil do estilo de vida individual entre estudantes universitários. **Revista Movimenta**; Vol. 33, N 11, 2010.

KIND, L. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em Revista**; Vol.10, N 15, P.124-136, jun.2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MACEDO, G. D. Assistência estudantil no contexto da lei de cotas para o Ensino Superior (lei nº 12.711/12). **Anais...** Congresso Nacional de educação. 18 a 20 de setembro, 2014.

MACHADO, C. S; MAGALDI, C. A. Sistema de cotas, trajetórias educacionais e assistência estudantil: por uma educação inclusiva. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 273-285, 2016.

MATOS, M. N. M. Programa bolsa permanência: percepção do alunos beneficiários da Universidade Federal do Tocantins, Araguaína. **Revista Científica do ITPAC**. Araguaína. V.8, n. 2, Pub .9, Agosto 2015.

MAURÍCIO, N. M. M. Programa bolsa permanência: percepção dos alunos beneficiários da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína. **Revista Científica do ITPAC**, Araguaína, v.8, n.2, Pub.9, Agosto 2015.

NASCIMENTO, C. M.; ARCOVERDE, A. C. B. O serviço social na assistência estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão. In:

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – Fonaprace. **Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Uberlândia: UFU-PROEX, p. 167-79., 2012

NEVES, M. C. C.; DALGALARRONDO, P. Transtornos mentais auto-referidos em estudantes universitários. **J. Bras. Psiquiatr.**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 237-244, 2007.

OLIVEIRA, A. B.; SILVA, S. M. C. A Psicologia na Promoção da Saúde do Estudante Universitário. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, 7(3), 373-384. 2018.

OLIVEIRA, B.R.G. *et al.* Causas de hospitalização no SUS de crianças de zero a quatro anos no Brasil. **Rev. Bras. Epidemiol.** 13(2): 268-77, 2010.

OLIVEIRA, M.; FREITAS, H. *Focus Group*: Instrumentalizando o seu planejamento. In: Silva, A.B.; Melo, R.B.; Godoi, C.K. **Pesquisa Qualitativa Em Estudos Organizacionais - Paradigmas, Estratégias e Métodos**. São Paulo: Saraiva, - 2 Ed. 2010 –p 325-346.

OLIVEIRA, S. B.; VARGAS, M. W. A assistência estudantil como espaço privilegiado de educação para os direitos. In: FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – Fonaprace. **Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Uberlândia: UFU-PROEX, 2012.

PAIVA, B. Os reflexos da assistência estudantil na construção da cidadania e garantia da dignidade da pessoa humana para os discentes. **Revista Factus Jurídica** 1(2): 88-99, 2017.

PAIXÃO, M. V. S. *et al.* A percepção de discentes do IFES – Campus Santa Teresa sobre a assistência estudantil. **Conhecimento & Diversidade**, Niterói, v. 8, n. 16, p. 100–112, jul./dez., 2016.

RAASCH, R. A gestão da política de assistência estudantil em uma universidade pública na perspectiva de seus estudantes. **Anais do XV Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais**, 2012.

RECKTENVALD, M *et al.* Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias. **Rev. Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 02, p. 405-423, jul., 2018.

RESENDE, A. X. *et al.* Política de Assistência Estudantil praticada pela Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. Id on Line **Rev. Psic.** V.10, N. 30. Supl. 1. Julho, 2016.

ROSSI, T. M. F. Democratização do acesso à educação superior e inclusão social no distrito federal. **Educação: Saberes e Práticas**. V. 3, n. 1, 2014.

SÁ JUNIOR, L. S. M. Desconstruindo a definição de saúde. **Jornal do**

Conselho Federal de Medicina (CFM), p. 15-16. jul./ago./set. de 2004.

SACRAMENTO, D. L. A. **A gestão de assistência estudantil**: A convivência nos alojamentos da UFV. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAED. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. P. 131., 2015.

SANCHES, R. R. Avaliação de programas de assistência estudantil. **Revista história, movimento e reflexão**. V. 1, n. 1., 2013.

SEFIDVASH, F. O papel da Universidade na transformação da sociedade. **Anais...** II Congresso de Educação para integração da América Latina- Integração e cidadania II CEPIAL, Maringá, Paraná 28 junho a 2 agosto de 1994.

SELLTIZ, C. *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2 ed. São Paulo: EPU, 1987.

SESU, A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014.

SILVA, C. S. *et al.* Condição de saúde bucal de estudantes assistidos pelo programa nacional de assistência estudantil na UFPA. **Revista Brasileira Ciências da Saúde** - USCS. Vol. 16, n. 55, 2018.

SILVA, J.E.O. *et al.* A gestão dos programas de assistência estudantil nas universidades públicas brasileiras: o modelo da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios**, Recife, v. III, n. 6, dez. 2012.

SILVA, L. B. S.; COSTA, N. C. D. Acesso e permanência em desproporção: as insuficiências do Programa Nacional de Assistência Estudantil. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**, Vol.6 – n.2, 166-192, 2018.

SIQUEIRA, L. D. *et al.* Perfil de estudantes acolhidos em um serviço de saúde na Universidade **Rev. Bras. Promo. Saúde**, Fortaleza, 30(3): 1-8, jul./set., 2017.

SOUZA, D. C. **Condições emocionais de estudantes universitários: estresse, depressão, ansiedade, solidão e suporte social** (Dissertação de mestrado). Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, Brasil, 2017.

TRAD, L. A. B. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009.

UFV. **Relatório de atividades**. Disponível em :<http://www.novoscursos.ufv.br/proreitorias/ppo/www/wp-content/uploads/2012/05/RA-2012_Completo.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2016.

UFV. **Relatório de atividades.** Disponível em: <<http://www.ppo.ufv.br/wp-content/uploads/2012/05/Relatorio-Atividades-2016-A4-com-capa.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

UFV. **Relatório de atividades.** Disponível em :<<http://www.ppo.ufv.br/wp-content/uploads/2018/10/Relat%C3%B3rio-de-Atividades-2018-Ano-Base-2017.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2018.

UFV. **UFV em números.** Disponível em: <<http://www.ppo.ufv.br/wpcontent/uploads/2012/05/UFVEMN%C3%9AMEROS-2017-anobase2016.pdf>> Acesso em: 13 set.2018.

UFV-MG. Universidade Federal de Viçosa. Resolução Conselho Universitário Nº. 14, de 11 de dezembro de 2015 que trata do Regimento Interno das Unidades de Moradia Estudantil (UME) da Universidade Federal de Viçosa, Campus Viçosa, 2015.

VASCONCELOS, N. B. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE

A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu _____, estou sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da Pesquisa: “O sistema de saúde na assistência estudantil na UFV: A percepção dos estudantes de graduação beneficiados pelo PNAES”, a qual será realizada por Liliane Honorato Gonçalves (31) 988457229 (Odontóloga, mestranda do PROFIAP- Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal de Viçosa), sob orientação da Profa. Débora Carneiro Zuin (31) 91731443. Fui devidamente orientado de que o objetivo da pesquisa é avaliar como é realizada a assistência à saúde dos estudantes que apresentam vulnerabilidade social e econômica na UFV e qual a percepção destes.

Ao participar desta pesquisa estou ciente de que irei responder a um questionário para informar dados pessoais a fim de estabelecer o perfil dos beneficiários e que irei participar de um tipo de entrevista definida como grupo focal. Se trata de uma entrevista em grupo em que há debate entre os participantes sobre o tema desta pesquisa. O objetivo será abordar as características da assistência estudantil voltada à saúde prestada na UFV, tais como sua qualidade, relevância e interferência no desempenho das atividades acadêmicas. Declaro estar consciente e que autorizo que os pesquisadores relacionados neste documento obtenham filmagem e gravação de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/ educacional. Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não devo ser identificado por nome ou qualquer outra forma. Por se tratar de um grupo que irá debater o tema da pesquisa, a identidade dos entrevistados será conhecida pelos outros membros do grupo, sendo assim, fui informado(a) dos riscos de exposição de identidades. Entretanto, no relatório de pesquisa, as identidades serão protegidas, de modo que suas opiniões e críticas de modo algum sejam objeto para retaliações institucionais ou exposições indesejadas.

Vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda.

Para participar do grupo focal terei que dedicar algum tempo do meu dia para isso, o que poderá ser incômodo porque vai alterar a minha rotina. Porém, o dia da entrevista será marcado para local e data que for mais apropriado para mim, evitando transtornos na minha rotina diária. Para o preenchimento do questionário definido como dados demográficos serão necessários no máximo 10 minutos do meu tempo e para a entrevista definida como grupo focal serão demandadas 2 horas.

Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em poder gerar algum desconforto, constrangimento ou inibição ao compartilhar informações pessoais ou confidenciais, ou em alguns tópicos, sentir incômodo em falar, porém estou ciente que poderei me negar a dar qualquer tipo de informação ou mesmo desistir da pesquisa à qualquer momento, sem a necessidade de explicar o motivo. Para minimizar esses riscos e desconfortos o pesquisador irá garantir um local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras. O pesquisador estará atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto. Os sujeitos da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação, além do direito à assistência integral, têm direito à indenização, obedecendo-se às disposições legais vigentes no Brasil. (Resolução 466/2012, item IV.)

De acordo com os resultados obtidos, a pesquisa contribuirá em benefícios para a sociedade pois levará à reflexão e fornecerá informações sobre a real situação, incluindo neste processo a compreensão da instituição sobre a percepção dos seus alunos sobre a sua saúde e sobre a influência e importância desta frente ao desempenho acadêmico, o que facilita e contribui para traçar estratégias em relação à saúde dos estudantes da instituição.

Não receberei qualquer valor em dinheiro, mas terei a garantia de que não terei que arcar com nenhuma despesa para a realização da pesquisa. Receberei esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estou ciente de que a participação na pesquisa é voluntária e que tenho o direito de recusar ou me retirar da mesma, a qualquer momento que eu desejar, sem qualquer prejuízo ou justificativa, sem acarretar qualquer forma de penalidade. Os resultados da pesquisa serão analisados e posteriormente publicados, mas meu nome não será identificado, sendo resguardado o meu direito de

privacidade.

Declaro que entendi as informações contidas neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e que fui informado(a) que o uso dos dados oferecidos por mim serão devidamente submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da comissão nacional de ética em pesquisa (CONEP) de acordo com a Resolução CNS 466/2012.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste TCLE e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

OBS: Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

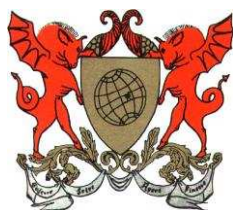
**CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
Universidade Federal de Viçosa.**

**Edifício Arthur Bernardes, piso inferior Av. PH Rolfs, s/n – Campus
Universitário Cep: 36570-900 Viçosa/MG Telefone: (31)3899-2492 Email:
cep@ufv.br www.cep.ufv.br.**

Viçosa, _____ de _____ de _____.

Liliane Honorato Gonçalves (Pesquisadora) _____

Profa. Débora Carneiro Zuin (Orientadora) _____

B - Dados Demográficos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
PROFIAP- MESTRADO PROFISSIONAL EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL
Av. P.H. Rolfs, s/n - Campus Universitário - 36570-000 -
VIÇOSA-MG-BRASIL- Fone: (031) 3899-3987- E-mail:
profiap@ufv.br

-Nome do participante: _____

-Idade: _____

-Sexo:

()Feminino

()Masculino

-Estado civil:

()Casado

()Solteiro

-Cidade/Estado de origem: _____ / _____

-Curso: _____

-Ano de ingresso na UFV _____

-Morador do alojamento desde _____(ano)

- Possui plano de saúde privado?

()Sim

()Não

Quantas vezes necessitou de atendimento em saúde neste ano?

() Nenhuma () uma vez

() Duas a três vezes

() mais de 4 vezes

C - Roteiro de discussão para o grupo focal

1 – Vocês consideram que a assistência estudantil tem alguma influência na sua permanência na Universidade? Como? Porquê?

2 – As universidades possuem autonomia para administrar os recursos destinados ao PNAES, podendo dar prioridade às áreas que considera mais relevantes de acordo com a necessidade da Instituição. Vocês concordam com essa autonomia? Porquê?

3 – Vocês acham que sua saúde influencia no seu desenvolvimento acadêmico? Porquê?

4 – O que vocês fazem quando necessitam de algum tratamento de saúde? Onde vocês costumam recorrer? a qual tipo de atendimento? (Hospital, posto de saúde, divisão de saúde (UFV), consultório particular ou de convênio).

5 – Vocês concordam que ações preventivas e de promoção de saúde deveriam ser prioridade na assistência em saúde dos estudantes universitários ou deveria haver maior investimento em tratamento?

6 – Vocês conseguem perceber algum tipo de integração entre a rede pública de saúde (hospital, postos de saúde) e a assistência à saúde da UFV? Como? Qual tipo de integração?